UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E ARTE
Mestrado em Segurança Pública

Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos

Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspectiva de Prevenção da Criminalidade

ERNESTINA CILÁ RUSSO DE ALMEIDA
Orientador | Edson Marcos Leal Soares Ramos

Praia, Cabo Verde, Março 2021

Praia, Cabo Verde, Março 2021

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E ARTE
Mestrado em Segurança Pública

GESTÃO DA DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

GESTÃO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS ENTRE AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CABO VERDE NA PERSPETIVA DA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

ERNESTINA CILÁ RUSSO DE ALMEIDA
Orientador | Edson Marcos Leal Soares Ramos

Praia, Cabo Verde, Março 2021

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspetiva da Prevenção da Criminalidade

Ernestina Cilá Russo de Almeida

Praia – Cabo Verde
Março – 2021

Praia, Cabo Verde, Março 2021

Ernestina Cilá Russo de Almeida

Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspetiva da Prevenção da Criminalidade

Dissertação apresentado ao colegiado do Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos e Coorientação da Profa. Dra. Fernandina Lopes Fernandes.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Fernandina Lopes Fernandes*, Dra*.

Praia – Cabo Verde
Março – 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R958m Russo de Almeida, Enestina Cilá.
Mestrado em Segurança Pública : Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspetiva da Prevenção da Criminalidade / Enestina Cilá Russo de Almeida. — 2021.
70 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coorientação: Profª. Dra. Fernandina Lopes Fernandes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém, 2021.

1. Gestão de Informação, Coordenação, Articulação. 3. UniCV, UFPA. I. Título.

CDD 363.10098115

Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspetiva da Prevenção da Criminalidade

Ernestina Cilá Russo de Almeida

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde.

Praia, 30 de Março de 2021.

_____

Profa. Eufémia Vicente Rocha, *Dra.*
Coordenador do Curso de Mestrado em Segurança Pública:
Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos

Banca Examinadora

_____	_____
Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos Universidade Federal do Pará Orientador	Profa. Dra. Fernandina Lopes Fernandes Universidade de Cabo Verde Coorientadora
_____	_____
Prof. Dr. João Paulo Madeira Universidade de Cabo Verde Presidente	Profa. Dra. Silvia dos Santos Almeida Universidade Federal do Pará Arguente

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas filhas: Érica e Carline, que muito sacrificaram durante a minha ausência, sobretudo nos pequenos tempos livres que fiquei limitada para dedicar à educação delas, mesmo assim deram-me toda a força e encorajamento em prosseguir os meus estudos.

Aos meus familiares, em particular à minha Irmã Elsi que soube, com coragem e paciência proporcionar o seu tempo às minhas filhas, mas também aos meus irmãos e à memória dos meus pais: (Fernando de Almeida e Maria Rodrigues Russo), tendo em conta que, se não fosse pelos seus ensinamentos e pelos valores deixados, não haveria hipótese e motivação para realizar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

É com imensa consideração e profundo reconhecimento que agradeço a todos que me apoiaram, de uma forma ou de outra, na realização deste trabalho. Manifesto minha especial e elevada gratidão ao meu professor e orientador Doutor Edson Ramos, da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela sua paciência e incansável colaboração. Aos Prof. Doutora Silvia dos Santos Almeida, que me disponibilizaram todos os seus saberes académicos e científicos para que eu alcançasse os objetivos deste trabalho. Também, não poderia deixar de exprimir o meu reconhecimento à Prof. Fernandina Fernandes da UNICV, que contribuíram para o alcance dos objetivos.

Meus agradecimentos igualmente ao colega Natal Prado que, muito me incentivou, no momento crucial da conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares, que sempre me apoiaram e me impulsionaram na busca de novos desafios.

Não poderia deixar de registar também as minhas considerações aos demais colegas do curso cuja companhia e camaradagem foram muito importantes para a motivação e incentivo à consecução deste trabalho.

Exprimo ainda a minha gratidão aos Senhores Dirigentes da Polícia Nacional, que me disponibilizaram os seus apoios tanto na obtenção de dados estatísticos como no tempo disponíveis para concretizar este estudo. Sem esses materiais este trabalho ficaria incompleto.

Finalmente, eu enalteço a parceria institucional que em cooperação culminou na realização desse curso, pelo que aproveito para agradecer a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Cabo Verde, o Ministério da Administração Interna e a Polícia Nacional, contudo, sem essa parceria a materialização desse curso seria praticamente impossível.

Obrigada a todos que de forma direta e ou indireta contribuíram para realização deste trabalho.

A todos o meu sincero obrigado.

EPÍGRAFE

“A polícia é a segurança púbica, porém a segurança pública não é só a polícia”.

Matheus Peixoto Philippi

RESUMO

ALMEIDA, Ernestina Cilá Russo de. Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspetiva da Prevenção da Criminalidade. 2021. 72f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos), Uni-CV, Praia, Cabo Verde, 2021.

O século XXI é caraterizado pela abundancia da informação onde a sua recolha, o tratamento e analise, constituem partes fundamentais para a tomada de decisões. A gestão de informação tem particular relevância para a prevenção da criminalidade a qual contribui para as políticas públicas de prevenção baseadas na articulação e maior coordenação institucional, o que permite maior flexibilidade e integração de forças e maximização de resultados. Para atingir esses desideratos é necessário institucionalizar um quadro de gestão de informação partilhado, considerando a execução cabal das demandas sociais de ocorrências criminais, atendendo à sensibilidade e natureza do fenômeno da criminalidade. O estudo tem como objetivo, analisar os modelos de gestão de informações criminais existentes nas forças e serviços de segurança na prevenção da criminalidade em Cabo Verde. A metodologia utilizada foi a pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratória e descritiva. Para isso foi utilizada a técnica de análise exploratória de dados para estudo quantitativo e o método análise de conteúdo para estudo qualitativo. O estudo revelou, pelas entrevistas feitas, uma fraca cultura institucional sobre a partilha de dados, uma articulação deficitária e fraca especialização no domínio do tratamento dos dados de ocorrências criminais, o que pode fragilizar o sistema, colocando em risco a eficácia da prevenção da criminalidade, quando não for dada a relevância necessária para que os dados não sejam duplicados e não sejam redundantes.

Palavras-chave: Gestão de informação, coordenação, articulação.

ABSTRACT

ALMEIDA, Ernestina Cilá Russo de. Criminal Information Management among Cape Verdean Public Security Forces with a view to Crime Prevention. 2021. 72p. Dissertation (Master in Public Security: Management of Social Defense and Conflict Mediation), Uni-CV, Praia, Cape Verde, 2021.

The 21st century is characterized by the abundance of information where its collection, treatment and analysis constitute key parts for decision making. Information management is a particular relevance for crime prevention which contributes to articulation-based prevention policies and greater institutional coordination, allowing for greater flexibility and integration of forces and maximization of results. To achieve these goals, it is necessary to institutionalize a shared information management framework, considering the full execution of the social demands of criminal occurrences, taking into account the sensitivity and nature of the crime phenomenon. The study aims to analyze the existent criminal information management models within law enforcement agencies regarding crime prevention in Cape Verde. The methodology used was the qualitative and exploratory descriptive research. For this, we used the exploratory data analysis technique for quantitative study and the content analysis method for qualitative study. The study revealed, through the interviews, a weak institutional culture on data sharing, a poor articulation and weak expertise in the processing of criminal data, which could weaken the system, jeopardizing the effectiveness of crime prevention., when the necessary relevance is not given so that the data is not duplicated and not redundant.

Keywords: Information management, coordination, articulation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade e porcentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade. 29

Tabela 2: Dados estatísticos gerais dos Crimes Contra Pessoas e Crimes Contra Património, em Cabo Verde, no período de 2012 a 2014. 37

Tabela 3: Dados estatísticos gerais dos crimes de Homicídio Geral, Trafico de Drogas e Agressão Sexual, em Cabo Verde, no período de 2012 a 2014..... 38

Tabela 4. Quantidade e percentual de gestores por indicação de como é feito tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019..... 49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município da Praia, Cabo Verde 29

Figura 2: Localização de Cabo Verde 33

Figura 3: Variação da Taxa de Criminalidade em Cabo Verde, no período de 2011 a 2014... 36

Figura 4: Organograma da Polícia Nacional 44

Figura 5: Organograma da Polícia Judiciária 47

Figura 6 Percentual de gestores cujas instituições dispõem de um departamento/gabinete destinado ao tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019..... 49

Figura 7 Percentual de gestores em relação a existência ou não de um sistema centralizado de tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019..... 50

Figura 8. Percentual de técnicos capacitados para o tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019. 51

Figura 9. Percentual de gestores em relação se o sistema de acesso ao sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais é centralizado ou não, Cabo Verde, 2019..... 52

Figura 10. Percentual de gestores em relação se o acesso do sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais é geral ou não, Cabo Verde, 2019. 54

Figura 11. Percentual de gestores em relação se há ou não partilha de dados de ocorrências criminais com as outras forças e serviços de segurança, Cabo Verde, 2019..... 55

Figura 12. Percentual de gestores em relação se há ou não periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais, entre as forças e serviços de segurança, Cabo Verde, 2019. 56

Figura 13. Percentual de gestores em relação se é ou não comum a articulação entre as forças e serviços de segurança sobre grandes eventos, Cabo Verde, 2019. 58

Figura 14. Percentual de gestores em relação se existe ou não cultura de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações, Cabo Verde, 2019. 59

Figura 15. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de Planejamento regular, Cabo Verde, 2019. 60

Figura 16. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento financeiro, Cabo Verde, 2019. 61

Figura 17. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento pessoal, Cabo Verde, 2019. 63

Figura 18. Percentual de gestores em relação nível de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações, Cabo Verde, 2019. 64

LISTA DE ACRÓNIMOS

CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados

CSMJ – Conselho Superior de Magistratura Judicial

CSMMP – Conselho Superior de Magistratura do Ministério Público

DGSPRS – Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAI – Ministério da Administração Interna

MJ – Ministério da Justiça

PESI – Plano Estratégico de Segurança Interna

PNSIC – Plano Nacional de Segurança Interna e Cidadania

PGR – Procuradoria-Geral da República

PJ – Polícia Judiciária de Cabo Verde

PN – Policia Nacional de Cabo Verde

PSS – Plano de Segurança Solidária

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SIJ – Sistema de Informatização da Justiça

SIIC – Sistema Integrado de Informação Criminal

SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional da PN

UIF – Unidade de Informação Financeira

Índice

DEDICATÓRIA iv
AGRADECIMENTOS v
RESUMO vii
LISTA DE TABELAS ix
LISTA DE FIGURAS x
LISTA DE ACRÓNIMOS xii
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS 14
1.1. - INTRODUÇÃO 14
1.2. - JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA 19
1.3. PROBLEMA DA PESQUISA 22
1.4. - OBJETIVOS 26
1.4.1. Objetivo Geral 26
1.4.2. Objetivos Específicos 26
1.5. - HIPÓTESE 26
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 27
CAPÍTULO 2 – MÉTODO E METODOLOGIA 27
2.1. NATUREZA DA PESQUISA 27
2.3. - INSTRUMENTOS DE COLETA 30
2.4. - PROCEDIMENTO DE COLETA 30
2.5. - PROCEDIMENTO DE ANÁLISE 31
CAPÍTULO 3 – CABO VERDE, SEGURANÇA PÚBLICA E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO 33
3.1. - CABO VERDE E SUAS ILHAS 33
3.2. - INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICO-DEMOGRÁFICO DO CONCELHO DA PRAIA 34
3.3. - ASPECTOS INERENTES A PARTILHA DE INFORMAÇÃO 39
3.5. - POLÍCIAS DE CABO VERDE 42
3.5.1. - Polícia Nacional 42
3.5.2. - Polícias Judiciária 46
3.6. - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CABO VERDE 48
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES 49
CAPITULO 5. - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS 65
5.1. Considerações Finais 65
5.2. Recomendações para Trabalhos Futuros 67
BIBLIOGRAFIA 68
APÊNDICE A 72
APÊNDICE B 75

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. - INTRODUÇÃO

A presente dissertação é realizada no âmbito do curso de "Mestrado em Segurança Pública – Gestão da Defesa Social Mediação de Conflitos", da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), e visa contribuir para a construção de um modelo de gestão de prevenção da criminalidade em Cabo Verde, que seja comum às forças e serviços de segurança pública de Cabo Verde, com o propósito de melhorar o plano de ação de prevenção, com base numa visão holística do sistema, podendo apoiar na tomada de decisão, no que concerne (*i*) às políticas públicas, (*ii*) distribuição justa dos meios e recursos humanos e materiais, bem como na (*iii*) melhoria e consolidação da coordenação e articulação, entre os atores do sistema, visando a eficiência e eficácia na prevenção da criminalidade.

Este trabalho terá incidência em Cabo Verde, particularmente na Cidade da Praia, uma vez que a sede das principais instituições-alvo está sediada nessa região, cujos gestores máximos elaboram as suas políticas e estratégias a partir desse território, contando com as representações regionais, para a implementação das diretivas superiores. Tendo em conta as características desiguais das ilhas que compõem o território, tanto na dimensão da população, como na geografia das mesmas, naturalmente, contudo, as políticas públicas deverão/devem corresponder às demandas locais, em função das suas diferenças e especificidades. Desta forma, o modelo de gestão de prevenção da criminalidade deverá contar com estas preocupações, na medida em que as necessidades podem manifestar-se de forma específica e diferenciada.

Além disso, o tema de segurança pública em Cabo Verde remete a uma sensação de insegurança, dado ao aumento generalizado dos registos das ocorrências criminais, sobretudo com os recentes casos como foi o de Monte Tchota, em 2016, uma remota localidade do concelho de São Domingos, Ilha de Santiago cujo número de homicídio refletiu no aumento considerável da criminalidade, de acordo com os dados do relatório da Policia Nacional de Cabo Verde (CABO VERDE, 2017a). Constitui uma tarefa árdua trabalhar o tema, sobretudo no que se refere à gestão das informações criminais entre as forças e serviços de segurança pública em Cabo Verde, devido à escassa literatura no país, não obstante um tema da atualidade e a sua pertinência.

Considerando a relevância do mesmo busca-se estudar e compreender o impacto da articulação institucional entre as forças e serviços de segurança pública, no que se refere à ação proativa destes, ou seja, a prevenção da criminalidade, com o propósito de contribuir para a melhoria da coordenação e articulação, conforme determina o conceito estratégico de defesa e segurança nacional (Resolução Nº 5/2011, CABO VERDE, 2011), no qual visa à criação de um sistema de partilha de dados, entre as forças e serviços de segurança.

A segurança, sendo um fenómeno complexo, exige uma maior proximidade entre as instituições de segurança em relação às comunidades e organizações da sociedade civil e parceiras, visando a garantia da implementação de políticas públicas, cujo envolvimento a jusante é primordial. Com o propósito de compreender o fenómeno do crime, introduziu-se no Sec. XIX a análise criminal como disciplina para estudar e para apoiar as forças policiais na redução e prevenção do crime, em Londres, convindo sistematizar as informações e poder identificar os padrões do crime, perspectivando a ordem pública e a segurança urbana. Segundo, Martins (2010), a prevenção criminal passa pelo conhecimento do fenómeno mediante a adoção de sistemas de informação, com recurso à geográfica, de modo a perceber e agir estrategicamente sobre o fenómeno da segurança pública.

Martins (2010) afirma que, a prevenção exige articulação institucional aliada às parcerias locais, à cooperação comunitária como forma de gerir o controlo social e regular a dinâmica social. A gestão de informação, por ser um processo que gera conhecimento, exige um conjunto estruturado de atividades, no qual inclui a forma como se obtêm as informações e bem assim o seu uso (BLATTMANN; RODRIGUES, 2014). Esse processo exige ainda o cumprimento de algumas etapas de processamento quais sejam a (*i*) determinação das exigências, a qual consiste no conhecimento dos níveis (mapeamento) e registos de informação, os recursos existentes/unidades responsáveis na organização; (*ii*) a obtenção das informações que consiste na inventariação das necessidades de informações, por categoria e níveis de usuários; (*iii*) a distribuição, ou seja, a formação como é divulgada a informação entre os utilizadores (internos e externos), definindo previamente as estratégias de disseminação e (*iv*) uso da informação, o qual tem grande relevância no contexto organizacional.

Blattmann e Rodrigues (2014), defendem a cultura da informação como outro ponto importante, na medida em que influencia os fluxos de informação (estruturação das etapas,

organização e sistematização) de maneira contínua, sobretudo numa organização dispersa territorialmente, o qual implica o reconhecimento das fontes de informação necessárias, adequadas e pertinentes ao contexto organizacional e social. Outro item importante para a gestão das informações são as fontes de informação que se destacam na sistematização dos dados, na medida em que a qualidade e o rigor dos mesmos deve ser garantido, visando a eficácia da prevenção da criminalidade.

Além disso, embora haja sido elaborado distintos documentos orientadores - Plano Estratégico de Segurança Interna 2013-2016 (CABO VERDE, 2014); Programa Segurança Solidária (PSS, 2013*a*), Estudos sobre a Criminalidade – 2012 e 2013 (CABO VERDE, 2013*a)*, a percepção da insegurança continua sendo a principal preocupação da população, por isso a existência de um modelo de gestão integrado, por meio de um sistema comum que permite uma ação coerente capaz de prevenir a criminalidade, manifesta-se relevante.

De forma geral, os principais responsáveis pela produção de informação relativo à criminalidade são a Policia Nacional e a Polícia Judiciária, sendo que estes constituem órgãos ou instituições de caráter primário no que se refere às denúncias e notícias das ocorrências. Estes dois órgãos têm a responsabilidade de constituir processos que serão enviados a outras instâncias de justiça e segurança, quais sejam os tribunais, procuradorias e/ou serviços de informações da república, para o uso investigativo.

Por esse motivo, a forma de recolha de dados deve ser comum e partilhada, de modo a evitar as subnotificações e/ou duplicação de informações, cujas consequências na planificação de ações de prevenção, bem como a distribuição de meios é de caráter relevante para o sistema, no sentido de obter ganhos de eficiência e eficácia em todos os níveis de gestão.

O sistema atual é gerido de forma isolado, o qual não atende ao preconizado no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional de Cabo Verde, de acordo com a Resolução Nº 5/2011, de 17 de Janeiro (CABO VERDE, 2011), o qual visa a criação de um sistema de partilha de dados entre as forças e serviço de segurança.

A gestão da informação é considerada um desiderato das instituições públicas e privadas, de toda a natureza, e nas de segurança pública não é diferente. A perspectiva contínua de maximizar os resultados e racionalizar os recursos, tanto materiais como humanos impõem-se, sob o signo de eficácia e eficiência na prestação de serviço ao cidadão.

Neste sentido, com o propósito de prevenir eficientemente os eventos criminais é necessário que os dados sejam analisados e convertidos convenientemente em informações, cujas etapas do tratamento estatístico se evidenciam nos resultados que permitem um melhor conhecimento da realidade e suas tendências, bem como uma tomada de decisão mais assertiva.

Para que a prevenção seja efetuada com sucesso é necessária uma partilha eficiente das informações, cujo sistema deve responder de forma transversal, numa linguagem comum, sob uma plataforma de conceitos harmonizados, uniformizados e validados, entre as instituições.

De acordo com a Resolução Nº 005/2011, de 17 de Janeiro (CABO VERDE, 2011), que refere ao "Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional" de Cabo Verde, constituem ameaças relevantes a agressão, o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, a criminalidade organizada, o terrorismo, as catástrofes e calamidades, a proliferação de armas nucleares e outras de destruição maciça. Considerando essas ameaças, o fenómeno da criminalidade em Cabo Verde está, cada vez mais, centralizado nos debates públicos, e tem sido um fator de alerta constante na vida da população cabo-verdiana, contribuindo, nesse sentido, para a insegurança generalizada da sociedade, e concomitantemente, para a necessidade de mudança de rotina na vida quotidiana.

Assim, no domínio dos meios institucionais, enquanto estratégia de defesa e segurança, o sistema de informações constitui um instrumento relevante para a prossecução dos objetivos estratégicos que permite, nos termos da lei, estar sujeito à fiscalização democrática, à recolha, tratamento, partilha e adequada utilização de informações.

Em Cabo Verde, existe uma tendência para a mudança de paradigma, ou seja, a adoção de abordagens preventivas, conforme a essência do Programa Segurança Solidária (PSS) do Ministério da Administração Interna:

> "…o modelo PSS ampara numa doutrina e estratégia organizacional com novas formas de proximidade e visibilidade da Polícia no relacionamento constante com o Cidadão e a Comunidade, em que toda e qualquer intervenção dos diferentes actores sociais se caracterizam pela colaboração mútua, expressa a partir de parcerias e mediação, tendo em vista a solução dos problemas comunitários, mediante concepção e implementação de programas específicos centralizados em problemas concretos e nos grupos sociais mais desfavorecidos…" (Programa Segurança Solidária, Cabo Verde, 2013a, p. 27).

Neste sentido, o fenómeno da violência é uma questão cada vez mais centralizado nos debates públicos, em diferentes níveis e nichos da sociedade. O papel das Universidades, dos responsáveis governamentais, dos atores da sociedade em geral, revela-se importante, tanto que outros estudiosos se debruçaram também sobre os fenómenos da violência e da criminalidade: Bordonaro (2010), Cardoso e Roque (2008), Lima (2013) dentre outros. Assim, "(…) a participação popular e o diálogo coletivo devem ser promovidos e fomentados pelas agências estatais responsáveis pela segurança pública e pelo funcionamento do sistema de justiça como um todo" (SUXBERGER, 2010, p. 351).

Essa tendência vem contrapor a ideia da tão experimentada política de "tolerância zero" (WACQUANT, 2004), em certa medida globalizada, surgida no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e adotada em outras cidades do mundo, tais como, Buenos Aires, onde os grandes hangares industriais abandonados se transformaram em *"galpones penitenciários"* (centros de detenção); Brasília, com o aumento de efetivos policiais e militares; França, Itália, União Democrática Cristã, Frankfurt na Alemanha, entre outros.

Contudo, o programa Segurança Solidária, outro instrumento estratégico do Ministério da Administração Interna (CABO VERDE, 2013a), traz um conjunto de ações de ordem preventiva, com uma visão holística e transversal do combate aos males sociais, e na perspectiva de liderança comunitária, mediante diálogo e estratégias de prevenção. O seu propósito é antecipar a ocorrência de eventos criminais, identificar os focos e locais passíveis de ocorrência, em detrimento do combate que se baseia na ação direta das forças, constituindo o foco principal, a repressão. Nessa perspectiva, a prevenção deve ser com base na partilha eficiente das informações, cujo sistema deve responder de forma transversal, mediante uma linguagem comum, sob uma plataforma de conceitos harmonizados, uniformizados e validados, ou seja, um sistema comum a todos.

Para elevar o desígnio de tornar Cabo Verde como um dos países mais seguro do mundo, de acordo com o Plano Estratégico de Segurança Interna (CABO VERDE, 2009) e baseada nessa "visão desafiante" em instituir um sistema de segurança interna, integrado, articulado e cooperativo, o Governo de Cabo Verde implementou uma estratégia de transformação e modernização, do qual resultou a criação da Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia, tendo sido eleito como segundo pilar a segurança e estabilidade, no seu quadro orientador (CABO VERDE, 2009).

O referido programa integra a dotação de meios operacionais, formações e capacitação do efetivo policial em distintas áreas de atuação, fronteiras, ordem pública, investigação criminal, falsificação de documentos, área marítima e outras da dimensão policial, visando ao contínuo preparo dos profissionais na prevenção e combate aos males sociais, por meio da cooperação com a União Europeia – Projeto de Apoio à Implementação da Parceria Especial (CABO VERDE, 2009).

Alinhada a essa parceria, o Ministério da Administração Interna elaborou documentos estratégicos e operacionais de forma a garantir respostas eficazes e eficientes às necessidades atuais, e igualmente tornar o funcionamento mais articulado dos organismos e entidades de segurança interna, nomeadamente a justiça e a defesa, numa visão integrada. Essa estratégia de visão integrada tem como base diversas abordagens da teoria da administração, muito acentuada no século XX, na qual centraliza um dos princípios da gestão: a satisfação dos utentes ou dos clientes, em função da natureza do serviço que se insere a organização.

Tendo em conta a pertinência de um sistema comum que permite a coordenação e articulação fluida entre as forças e serviços de segurança, um modelo integrado terá como principal vantagem o acesso à informação, em tempo útil, uma vez que, a qualidade das informações passa pelo "momento oportuno" que é disponibilizado para seu uso, permitindo uma ação preventiva dos eventos criminais e a consequente redução da criminalidade. Neste contexto, este trabalho objetiva analisar os modelos de gestão de informações criminais existentes nas forças e serviços de segurança na prevenção da criminalidade em Cabo Verde.

1.2. - JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

A procura de dados sobre a segurança, de forma global, na polícia nacional em Cabo Verde, por diferentes segmentos da sociedade, designadamente estudantes, docentes, estudiosos, tem demonstrado a inexistência de plataformas ou sítios com disponibilidade com esse tipo de informação para consumo, seja para fins científicos como para fins profissionais.

Ao longo dos anos as instituições de Cabo Verde têm se revelado frágeis no que concerne à sistematização de dados e produção de informações com carácter periódico, pese

embora as orientações nesse domínio, emanados no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN):

> (…) "Desenvolver um sistema nacional de recolha e tratamento de informações referentes à criminalidade, ao terrorismo e às actividades atentatórias à independência nacional, à integridade territorial, à unidade nacional e ao ordenamento constitucional;
> Promover a capacidade técnica de apoio à actividade de informações em Cabo Verde, bem como a aquisição das habilidades profissionais para o trabalho nesta área; Garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, e prevenir e combater a criminalidade;
> Promover e encorajar a abordagem preventiva e pedagógica das questões relacionadas com a ordem pública;
> Estimular o envolvimento da sociedade civil e a sua cooperação permanente com a Polícia no equacionamento e solução das principais questões relativas à segurança e ordem públicas;
> Desenvolver as capacidades de luta contra a pequena delinquência e a criminalidade violenta, bem como em matéria de condução de operações complexas contra o crime organizado, designadamente o tráfico de droga;
> Aprofundar a reforma do sistema de Polícia e promover as condições favoráveis ao exercício da função pelos profissionais da área;
> Assegurar as condições para maior celeridade da justiça, erigir um sistema prisional seguro e garantir uma reinserção social eficaz;
> Desenvolver uma cooperação efectiva com instituições congéneres de outros Estados e organizações policiais internacionais assente em estratégias comuns consistentes…" (CABO VERDE, 2011).

O Século XXI tem sob sua influência a globalização caracterizado pelas TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação. Segundo a tendência mundial, resultante dessa globalização, uma grande parte da população do planeta recebe diariamente notícias de outras sociedades, e essa noção do global, ainda que incipiente e caricata, passa a ser incorporada à cultura. Por outra parte, milhões de indivíduos que se integram em redes de informática se correspondem, criando, assim, uma nova noção de integração e comunicabilidade. Esse desafio exige uma atitude de alerta e de vigilância permanente, sob pena de descontrole social.

Sendo assim, a relevância do tema em estudo é grande na medida em os resultados, ou pistas podem constituir elementos de reflexão para uma abordagem sistémica da segurança pública, com especial enfoque na prevenção da criminalidade.

Segundo o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CABO VERDE 2011), são ameaças relevantes "Agressão, Tráfico de droga, de armas e de pessoas e criminalidade organizada, Terrorismo, Pirataria marítima e atividades ilícitas no mar, catástrofes e calamidades, e a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva".

Essas ameaças demandam das autoridades a adoção de sistemas de informação que seja capaz de responder eficaz e eficientemente à recolha, tratamento, partilha e adequada utilização de informações.

Também, julga-se relevante para as instituições, dispor de um modelo de gestão integrado e eficiente, podendo constituir um contributo para melhor compreensão do uso das informações e sua partilha bem como o acompanhamento rigoroso do fenómeno da criminalidade. O modelo integrado contribuirá para a melhor tomada de decisão, com base num quadro científico e técnico, alinhada às teorias existentes. O resultado de um trabalho articulado e baseado na forte cooperação institucional poderá melhorar o quadro de decisão relativa às políticas públicas, o que por sua vez, contribuirá para uma atuação mais coesa e objetiva, proporcionando assim o aumento da confiança nas forças policiais. A finalidade prática do tema é o que se propõe com o presente trabalho, mas, também, demonstrar a importância de um trabalho articulado e cooperativo entre as instituições, o qual poderá diminuir a taxa da criminalidade.

Vislumbra-se importante para a sociedade, uma gestão de informação trabalhada de forma coerente e que permite sua transparência e acesso, uma vez que, uma sociedade bem informada, poderá participar na construção de políticas públicas proporcionando maior coerência na prevenção do crime em detrimento da repressão. A coerência na produção e disseminação dos dados contribuirá para a mitigação dos riscos e diminuição do sentimento de insegurança, sendo ela, a sociedade, parte de um sistema social. Essa coerência poderá melhorar os mecanismos de interação e diálogo entre as forças e a sociedade, com base na produção e análise transversal das informações, os quais constituem fatores que podem aumentar os níveis de criminalidade e a percepção da insegurança na população. No campo da investigação, poder-se-á manifestar bastante benéfico, a disposição de dados trabalhados, sistematizados e fiáveis, para a utilização dos mesmos.

Conforme as informações exploradas, existe em Cabo Verde um vazio de trabalhos desta natureza e, por isso a convicção da sua importância e relevância. Modelos semelhantes, contudo, têm sido trabalhados sobretudo no Brasil e Portugal.

Além disso, pretende-se com este trabalho incentivar os responsáveis e gestores que labutam com o sistema de segurança pública, na mitigação de riscos e focos da criminalidade, na tomada de decisão com base em orientações científicas e técnicas, proporcionando

mecanismos de decisão e adoção de medidas para a promoção da segurança, sendo ela uma responsabilidade partilhada, por ser uma questão eminentemente coletiva, como estabelece o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, o qual demonstra um conjunto de prioridades que demandam uma responsabilidade tanto institucional, individual e coletiva para manter e assegurar a almejada segurança no país, tal como se pode referenciar mais à frente neste trabalho, enquanto documento enquadrador do sistema.

1.3. PROBLEMA DA PESQUISA

Estudos sobre a perceção de segurança elaborados em Cabo Verde (AFROSONDAGEM, 2011; 2012), demonstram que a criminalidade e a violência têm estado no centro das atenções, preocupando tanto a sociedade como as autoridades e que, confrontados com os dados de ocorrência constantes na publicação do Ministério da Administração Interna (CABO VERDE, 2013*b*), referentes ao mesmo período, se pode verificar a tendência do aumento da criminalidade no país.

Dados mais recentes, de acordo com o relatório da Procuradoria-Geral da República (CABO VERDE, 2017b), sobre a "situação da justiça" em Cabo Verde, mostram um contínuo aumento de processos crimes, na ordem de 30.000 processos-crime, decorrentes da violência e da criminalidade, afligindo cada vez mais a opinião pública cabo-verdiana, sobre a (in) segurança. O mesmo relatório mostra a necessidade de uma "*intervenção nos fatores que estão na origem do aumento da criminalidade*", demonstrando a pertinência em termos de coordenação e articulação das forças de segurança, cujos ganhos de eficiência e eficácia refletem na maior sensação da segurança da população (CABO VERDE, 2017b).

De acordo com o SEN (Sistema Estatístico Nacional) em Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatísticas, é a entidade que tem como objeto a conceção, recolha, processamento, apuramento, análise, difusão e coordenação, de dados estatísticos oficiais que interessem o país" (Lei Nº 22/2008, de 31 de maio, CABO VERDE, 2008). Não obstante os anos de existência deste órgão público, verifica-se um vazio em termos de produção de estatísticas oficias da área da segurança pública, sendo as áreas da saúde, educação, agricultura, de maior predominância de produção de dados.

Atualmente, sendo a segurança pública uma área de preocupação social global, há necessidade de dotar o sistema de um quadro metodológico e consistente da produção de conhecimento, garantindo maior eficiência no planeamento operacional e adoção de medidas de prevenção da criminalidade. Esta medida contrasta, em certa medida, com a forma tradicional de administração policial, a qual se baseia na experiência e "bom senso" dos efetivos policiais (MIRANDA, 2004).

Em relação aos órgãos policiais e criminais em Cabo Verde, não existe um sistema estruturado que permite a recolha, o tratamento, a análise e a difusão de informações sobre as ocorrências criminais. Inexiste um calendário de difusão dos dados, bem como um canal de articulação entre as forças de segurança, no qual visa a troca de informações, a partilha dos dados sobre o crime e o planeamento de ações conjuntas, conforme se preconiza no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CABO VERDE, 2011), de forma a evitar as duplicações na contagem das ocorrências e o enviesamento da informação, bem como o uso eficiente dos recursos. A forma de recolha de dados sobre ocorrências criminais é feita com base nos autos de registos administrativos que está alinhado com o Código Penal de Cabo Verde, cingindo apenas na contagem das ocorrências de maior gravidade, relativizando as ocorrências de menor gravidade.

A inexistência de um sistema centralizado e partilhado influencia a percepção generalizada de (in)segurança e constitui um desafio para o sistema, pese embora a existência orgânica de instituições com atribuições específicas em matéria de tratamento, análise e difusão das informações sobre as ocorrências criminais.

No patamar ministerial, o serviço central que tem por missão a produção dos dados estatísticos não dispõe de um departamento específico para debruçar sobre a análise dos dados e proporcionar conhecimento favorável e atempada à tomada de decisões. Não existe uma base legal e/ou de procedimentos formais de matérias classificadas das informações criminais, de acordo com os princípios estatísticos e não tem assento como ODINE (Órgão Delegado do Instituto Nacional de Estatísticas), no CNEST (CABO VERDE, 2009). O calendário de difusão das estatísticas, tanto na Polícia Nacional como no Ministério Público é anual e os dados cingem apenas nos registos administrativos.

Não existindo um sistema centralizado de recolha e tratamento dos dados, as instituições tendem a planificar as suas atividades com recurso aos dados quantitativos, sob

a percepção dos locais de maior registo de ocorrências, numa era em que predomina as tecnologias de informação avançadas, enquanto recurso eficaz que permite a adoção de estratégias de prevenção suportado pela análise das estatísticas.

O sistema atual é gerido de forma isolado, o qual não atende ao preconizado no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional de Cabo Verde, de acordo com a Resolução Nº 5/2011, de 17 de janeiro (CABO VERDE, 2011), o qual visa à criação de um sistema de partilha de dados entre as forças e serviço de segurança.

No sentido prático e conforme reflexões de autores do sistema, o conceito deve refletir as ameaças externas, a forma como Cabo Verde vê e referência os outros e como podem fragilizar o seu território. A partir dessa reflexão, construir e vincar a sua visão, a sua política e consequente delineamento de estratégias, visando a concretização da visão estabelecida. No fundo, é tornar Cabo Verde um país seguro, de acordo com o Plano Estratégico de Segurança Interna (CABO VERDE, 2016).

O Conceito em referência tem como objetivo estabelecer aspetos fundamentais da estratégia global do Estado, visando a consecução dos objetivos de segurança e defesa que assume uma visão holística e constitui um documento de caráter multidimensional, ancorado nos preceitos da Constituição da República, com destaque para o domínio da defesa.

O contexto internacional e os desafios da segurança atual revelam a importância da interligação entre a defesa e a segurança, no sentido de adequar às rápidas mudanças, tanto da ciência como das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a segurança cooperativa.

No quadro do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, caracterizou-se as relevantes ameaças para o país, os quais impõem, ao abrigo do referido Conceito, a articulação e coordenação entre as forças e serviços de segurança, a eficiência e eficácia no uso dos recursos, com vista à proteção de pessoas e bens, tanto no domínio privado como público, atento ao fenómeno da globalização que, se por um lado, traz aspetos positivos como o desenvolvimento e a integração, por outro regista-se os problemas transversais, tais como o desemprego, as migrações, a insegurança marítima e a pirataria, bem como o terrorismo, a criminalidade organizada e transnacional. Tais ameaças exortam, cada vez mais, uma maior cooperação, coordenação e articulação entre as forças e serviços de segurança, tanto internas

como externas. Enquanto “meios necessários” que visa desenvolver instrumentos de apoio nas ações estratégicas, o Estado manifesta disposição de instituições que traduzem no:

> “**Sistema de informações**. O Estado de direito democrático deve, na prossecução dos seus objectivos estratégicos, contar com um sistema de informações que proceda, nos termos da lei e sujeito à fiscalização democrática, à recolha, tratamento, partilha e adequada utilização de informações” (Resolução Nº 005/2011, de 17 de janeiro, CABO VERDE, 2011).

Bem como na:

> “Coordenação. A realização dos objectivos da política de segurança e defesa implica a adopção de uma acção planificada que, para além de outros factores, tenha em conta as linhas de acção estratégica para os diferentes sectores, os meios institucionais existentes e o reforço da coordenação entre as políticas sectoriais do Estado, nomeadamente entre as políticas externa e interna e entre os sectores militar e não militares, bem como entre os diversos sectores civis que perseguem a política de segurança e defesa (Resolução Nº 005/2011, de 17 de janeiro, CABO VERDE, 2011).”

Segundo Miranda (2004), a função principal dos dados de segurança pública e a exatidão destes para a construção de políticas públicas, serve para orientar a administração para os caminhos a percorrer no sentido de planeamento, bem como o conhecimento sobre o qual acontece ao redor, por parte da sociedade, o qual contribui para o sentimento de segurança.

A estatística criminal transformada em informação tem um grande peso no delineamento de estratégias e construção de políticas públicas de segurança, a qual passa pela disposição de dados tanto qualitativo como quantitativo (LIMA, 2013), por isso, os dados quantitativos (apenas da Polícia) não refletem o fenómeno, considerando a recolha de dados por outros órgãos de segurança pública.

Face ao exposto, propõe-se com este trabalho explorar o modelo de gestão de informações criminais existentes e subsidiar as políticas públicas de segurança. Sendo a segurança uma responsabilidade do Estado, os dados do Ministério da Administração Interna demonstram que, no período de 2009 a 2014, houve um investimento acumulado de 990.623.138 CVE o qual, pela evolução do orçamento da polícia nacional de Cabo Verde, no mesmo período, representou um crescimento de 22% do orçamento do estado e cujo aumento nesse mesmo período foi de 1.566796.664 CVE para 1.911.222.280 CVE. Já o aumento de efetivos foi de 1.739 agentes, justificando a necessidade de condições para

prevenir e reprimir a criminalidade, em toda a extensão territorial. Essa narrativa não corrobora com os dados de crescimento do registo de ocorrências, uma vez que no período de 2011 a 2014, não se verifica uma expressão numérica da diminuição da criminalidade, contudo, o aumento do investimento continuou sendo defendido no orçamento do estado, representando 5,8% do orçamento de funcionamento, em 2014. Perante isto, julga-se relevante questionar; como pode justificar a falta de recursos humanos, a necessidade de investimentos, para o setor de segurança, com o justificativo de conter a criminalidade, usando os meios e como é feita a gestão da informação associada aos investimentos, na perspectiva da prevenção da criminalidade?

1.4. - OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar os modelos de gestão de informações criminais existentes nas forças e serviços de segurança na prevenção da criminalidade em Cabo Verde.

1.4.2. Objetivos Específicos

i) Apresentar os tipos de sistemas/modelos de gestão de informações utilizados pelas forças e serviços de segurança em Cabo Verde;

ii) Mostrar como é realizada a partilha de informações entre as forças e serviços de segurança no país;

iii) Sugerir estratégias de intervenção pública visando melhorar os atuais modelos de gestão de informações criminais.

1.5. - HIPÓTESE

As hipóteses desse trabalho são: (*i*) que é fraca a cultura de troca de informações criminais entre as forças e serviços de segurança pública na Cidade da Praia e; (*ii*) que os níveis de articulação das operações não são uniformes e eficazes para a prevenção da criminalidade.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em 5 (cinco) capítulos: O Capítulo 1 destina-se a apresentar a objeto da dissertação, a partir de uma introdução, seguida de justificativa e importância da pesquisa, do problema da pesquisa, dos objetivos geral e específicos, da hipótese e da apresentação inicial dos materiais e métodos utilizados na pesquisa.

No Capítulo 2 será dada uma visão geral das estruturas dos órgãos de segurança pública e seu sistema de informação de Cabo Verde.

O Capítulo 3 é destinado à apresentação completa dos materiais e métodos utilizados na pesquisa. Nele, são vistos natureza da pesquisa, o *locus* da pesquisa, os instrumentos de coleta, os procedimentos de coleta e os procedimentos de análise.

No Capítulo 4 têm-se os resultados da pesquisa e suas discussões. Inicialmente, são mostrados os resultados do estudo quantitativo, a partir da técnica análise exploratória de dados, seguidos os resultados do estudo qualitativo, a partir da análise de conteúdo.

Têm-se no Capitulo 5 as considerações finais e recomendações para Trabalhos Futuros. Finalmente, são apresentadas as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

CAPÍTULO 2 – MÉTODO E METODOLOGIA

2.1. NATUREZA DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido tendo como perspectiva a pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratória e descritiva, que tem como intuito desvelar o sentido do fenômeno estudado, interpretar e analisar o significado que os sujeitos dão a ele (CRESWELL, 2007). A pesquisa realizada foi de natureza exploratória e descritiva, visando uma maior aproximação, caracterização e descrição da problemática relativa à violência doméstica entre parceiros íntimos. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem a premissa de elucidar, desenvolver e

explorar novas ideias, e a descritiva visa descrever as características de um dado fenômeno estudado. Sendo seus conteúdos trabalhados por meio da teoria das representações sociais, os quais permeiam o campo da subjetividade e do simbolismo (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa tem natureza quantitativa sendo do tipo exploratória e descritiva, onde Malhotra (2001) explica que a pesquisa exploratória é utilizada para casos nos quais necessita-se maior precisão para definição do problema, com o objetivo de prover critérios e compreensão, já a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas, além disso, as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa visa analisar o propósito da ação, estudando-a enquanto inserida em um contexto. Corresponde a investigar ideias e desvendar o significado das interações sociais, segundo a perspectiva das partes intervenientes neste processo. Para Teixeira (2013), na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem a finalidade de diminuir a distância entre os dados e a teoria. As experiências pessoais do pesquisador são importantes para análise e compreensão dos fenômenos estudados. Esse estudo se trata de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, visando uma maior aproximação, caracterização e descrição da problemática relativa à violência entre parceiros íntimos. Segundo Minayo (2007) o método qualitativo responde questões particulares, preocupam-se com a realidade dos significados, crenças, valores e atitudes, correspondendo um nível mais profundo das relações humanas que não pode ser quantificado. Além disso, para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem a premissa de explicar, desenvolver e explorar novas ideias, e a descritiva visa descrever as características de um dado fenômeno estudado. Realça-se que, por ser a segurança uma área de grande sensibilidade, há sempre resistências para a partilha de dados, sobretudo aos civis/académicos, por isso um número reduzido de entrevistas, mas com relevância para o trabalho.

2.2. LOCUS DA PESQUISA

A cidade da Praia é a capital de Cabo Verde, país-arquipélago no Oceano Atlântico, a oeste do Senegal. Está localizada a sul da ilha de Santiago (Figura 1). Apresenta fronteiras com o Concelho de São Domingos a Nordeste e com o Concelho de Ribeira Grande de Santiago a Sudoeste. Considerando que é na Cidade da Praia onde se concentram as estruturas de gestão dos serviços de segurança pública, por ser a Cidade Administrativa do país e onde também estão os principais gestores de topo da área de segurança pública, a nossa pesquisa teve como l*ócus* essa parcela do território nacional, tendo sido entrevistado os gestores maioritariamente da polícia nacional e judiciária.

Figura 1: Localização do município da Praia, Cabo Verde.

Nota: extraído do Google: *imagem satélite da cidade da praia cabo verde.*

Tabela 1: Quantidade e porcentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade.

Idade	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<15	20540	15,78	20550	15,78	41090	31,56
15 a 64	43282	33,25	41119	31,58	84401	64,83
≥65	2941	2,26	1755	1,35	4696	3,61
Total	66763	51,29	63424	48,71	130187	100,00

Fonte: INE (2010).

A cidade da Praia é o maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.187 habitantes, sendo 66.763 do sexo feminino (51,29%) e 63.424 do sexo masculino (48,71%), pode-se observar também que a maioria da população tem idade de 15 a 64 anos (64,83%) (Tabela 1).

2.3. - INSTRUMENTOS DE COLETA

As fontes de coleta das informações são primárias e secundárias. As informações obtidas das fontes primárias foram obtidas por meio de um Formulário/Questionário (Apêndice A), que contém um roteiro de entrevista semiaberta aplicado diretamente aos colaboradores da Policia Nacional, da Inspeção Geral das Atividades económicas. Já para obtenção de informações de fonte secundária utilizou-se relatórios, fichas e formulários da Policia Nacional de Cabo Verde, mais especificamente no site da Policia Nacional de Cabo Verde e no site da Polícia Judiciária de Cabo Verde.

2.4. - PROCEDIMENTO DE COLETA

Foi realizada uma entrevista aberta, a partir da elaboração de um roteiro para subsidiar a essa entrevista. As entrevistas foram realizadas na Polícia Nacional (PN), Policia Judiciaria (PJ), Procuradoria-Geral da República (PGR), Ministério da Administração Interna (MAI) e no Tribunal da Comarca da Praia, visando a sua sistematização, análise e conclusão das informações.

O objetivo é perceber de que forma como é feita a articulação gerida e troca de a informação criminal entre as forças e serviços de segurança pública, na Cidade da Praia, Cabo Verde. Os depoimentos foram coletados de forma individual, em horários pré-estabelecidos, registados por meio de áudio e transcritos na íntegra, respeitando todos os preceitos éticos quanto à pesquisa com seres humanos. Todos os participantes assinaram o termo livre e esclarecido, inclusive como forma de garantir o anonimato (Apêndice B).

A pesquisa em questão, por envolver seres humanos, exige uma especial atenção relativa às questões éticas. Assim sendo, é relevante esclarecer que: 1) Os sujeitos da pesquisa não foram identificados por seus nomes oficiais, assim como suas informações foram mantidas em inteiro sigilo, considerando que seus relatos só tem sentido como parte do conjunto global das informações; 2) Todos os dados coletados foram previamente autorizados pelas autoridades competentes; e 3) Os pesquisadores assumem toda e qualquer responsabilidade pelas informações divulgadas pela pesquisa.

2.5. - PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para a análise inicial foi utilizada a técnica análise exploratória de dados que descreve as informações de modo simples, directo e objetivo. Segundo Magalhães e Lima (2011), a técnica tem como objetivo a organização, caracterização e síntese dos dados permitindo descrever as características de interesse a ser trabalhada. Segundo Bussab e Morettin (2017), a análise exploratória de dados, é uma técnica estatística que tem a função de organizar, descrever e resumir os dados, apresentando as características importantes do conjunto de dados, por meio de gráficos, tabelas e medidas de síntese.

Durante a Análise qualitativa, utilizou-se a análise categorial que considera a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido Bardin (2011). É um método de gavetas ou de rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem, também, utilizou-se a frequência das ocorrências dos termos, construções e referências obtidos a partir das entrevistas, a pesquisa seguiu as etapas preconizadas por Bardin (2011) que foram: (*i*) **pré-análise**: realizaram-se as transcrições das entrevistas, fez-se a leitura minuciosa do material para a sistematização das ideias e o estabelecimento dos indicadores para a interpretação dos dados; (*ii*) **exploração do material**: procedeu-se a construção da codificação das categorias e temáticas de análise a partir do recorte dos depoimentos, que foram agrupadas em unidades de registos (frases ou parágrafos) para o refinamento em categorias iniciais, intermediárias e finais de acordo com cada temática abordada; e (*iii*) **tratamento dos dados, inferência e interpretação**: realizaram-se as análises do material sistematizado respaldado pelo referencial teórico abordado.

Utilizou-se o software (Microsoft Excel) para a construção do banco de dados e das tabelas o que contribuiu para utilização da técnica estatística de Análise Descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

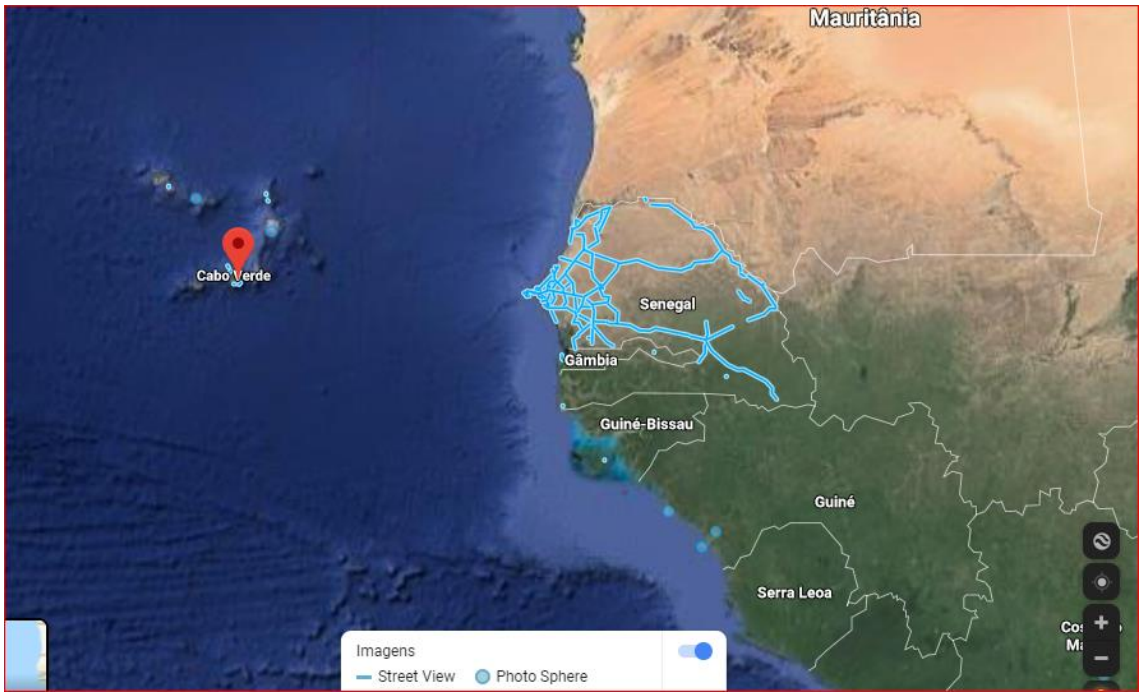
CAPÍTULO 3 – CABO VERDE, SEGURANÇA PÚBLICA E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO

3.1. - CABO VERDE E SUAS ILHAS

O país é formado por dez ilhas, destas, 9 habitadas, cuja população territorial ronda os 500.000 habitantes, de acordo com o Censo 2010 (CABO VERDE, 2010). Trata-se de um país insular, um Estado de Direito Democrático que privilegia a dignidade da pessoa humana, como valor absoluto, conforme plasmado nos artigos 1, 2 e 7 da Constituição da República.

Cabo Verde tem duas grandes regiões, o Barlavento, constituído por 6 ilhas, incluindo uma desabitada (Santa Luzia) e o Sotavento, constituído por 4 ilhas, sendo que é nessa região onde está a capital administrativa e financeira do país.

Figura 2: Localização de Cabo Verde.



Fonte: extraído: https://www.google.com/maps/place/Praia, 2019.

A cidade da Praia está situada na ilha de Santiago (Sotavento), a maior das ilhas, cuja densidade populacional, só na Cidade capital, representa mais de 50% da população geral.

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível). Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela

> representação), o ator territorializa o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

O país tem forte vocação turística, estando situado no Atlântico, a 433 km da costa da África, cujo país mais próximo é o Senegal, do qual partilham o protocolo de livre circulação de pessoas e bens, da CEDEAO[1]. Apesar da influência turística, Cabo Verde tem uma forte cultura da emigração para fora e também interna, nas ilhas, cuja mobilidade é uma constante.

3.2. - INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICO-DEMOGRÁFICO DO CONCELHO DA PRAIA

O Concelho da Praia, capital da República de Cabo Verde, situa-se na parte sul da ilha de Santiago que é a maior e mais populosa das nove ilhas habitadas de Cabo Verde. Trata-se do maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.187 habitantes, sendo 66.763 do sexo feminino (51,28%) e 63.424 do sexo masculino (48,72%), pode-se observar também que a maioria da população tem idade de 16 a 64 anos (64,83%).

Incluindo as zonas urbanas, a cidade da Praia possui 72 localidades, das quais se destacam pelas suas extensões territoriais e populacionais as localidades de Achada Santo António com 12.965 habitantes, equivalente a 10,00%, Palmarejo com 12.037 habitantes, igual a 9,20%, Ponta d' Água com 8.682 habitantes, equiparado a 6,70% e Achadinha com 8.483 habitantes, correspondente a 6,50%, de acordo com os dados do Censo de 2010 (INE, 2010).

Em 2010 o Concelho da Praia possuía uma das mais elevadas taxas de desemprego do país, em 11,3%, superada apenas por São Vicente com 14,8% e superior a média nacional que era de 10,7%, conforme o Censo de 2010 (INE, 2010). A camada da população mais afectada pelo desemprego pertence a faixa etária dos 15 aos 24 anos, de ambos os sexos, com uma taxa calculada em 25,0%. Porém, é no sexo feminino que se nota uma taxa de desemprego mais elevada, correspondente a 12,70%, sendo de 29,1% na faixa etária feminina de 15 a 24 anos, ultrapassado apenas por São Vicente que detém 33,7% nessa categoria.

[1] CEDEAO – Comunidade dos Países da África Ocidental (16 paises)

Os dados do INE (2011) apresentam uma taxa de desemprego mais exacerbado para a cidade da Praia, correspondente a 13,80%, superior a taxa nacional que é de 12,20%, continuando o sexo feminino como o mais afectado pelo desemprego, com uma taxa de 14,70%. Dados mais recentes de 2014 publicado em 2015, cuja taxa de desemprego nacional para o ano de referência é de 15,8%. A taxa de desemprego do concelho da Praia desceu de 22,8% em 2013 para 20,0% em 2014. Apesar da descida, tem a terceira mais elevada taxa de desemprego, ultrapassada por Paul (25,7%) e Ribeira Grande de Santo Antão (27,4%). A taxa de desemprego para a população masculina é de 23,9% enquanto para as mulheres é de 16,5%.

Em 2012, registou-se no país um aumento da criminalidade, conforme os dados do estudo sobre a criminalidade do Ministério da Administração Interna (Figura 1), tendo sido por isso, instituída a política de "tolerância zero" que, na perspetiva de Wacquant (2004), constitui aquilo que ele denomina de *prisões de miséria*, elevando, deste modo, um possível aumento da população carcerária. Essa medida coloca tónica nas ações de repressão sob uma forte vigilância, acima de tudo nos locais mais vulneráveis e pontos denominados de risco de ocorrências.

De acordo com Lima (2010), o fenómeno da criminalidade teve início nos anos 90, sob forte influência dos *deportados*[2] e os *Thugs*[3]. Essa denominação (Thugs) despertou e alertou nos estudiosos e pesquisadores nacionais e internacionais a sua melhor compreensão, conforme se elucida nas referências e reflexões neste projeto.

O termo "*Thug*" é definido por Lima (2010), quando diz

> " (...) que para se ser *Thug* basta vestir roupas largas, meter uma arma de fogo nas calças, uma faca no bolso e ir gingando. Mas, na realidade, este estereótipo não é suficiente. Segundo alguns *Thugs*, muitos não seguem nem conhecem o código, mesmo porque não percebem o inglês e acreditam em qualquer coisa que o "mercano" lhes disser. Para estes, *Thug* é saber sobreviver nas ruas, no meio das adversidades e não vangloriar o porte de armas ou as conquistas femininas, ou seja, ser *Thug* não é moda é sobrevivência. É ser livre e poeta. A violência aparece só quando é necessária" (LIMA, 2010, p. 14).

[2] Jovens deportados que tinham envolvimento com o narcotráfico na forma de matadores profissionais: Lima (2012).
[3] Jovens cujo estilo de vida é influenciado, em parte, pelos deportados e pelas histórias de jovens negros nos guetos norte-americanos.

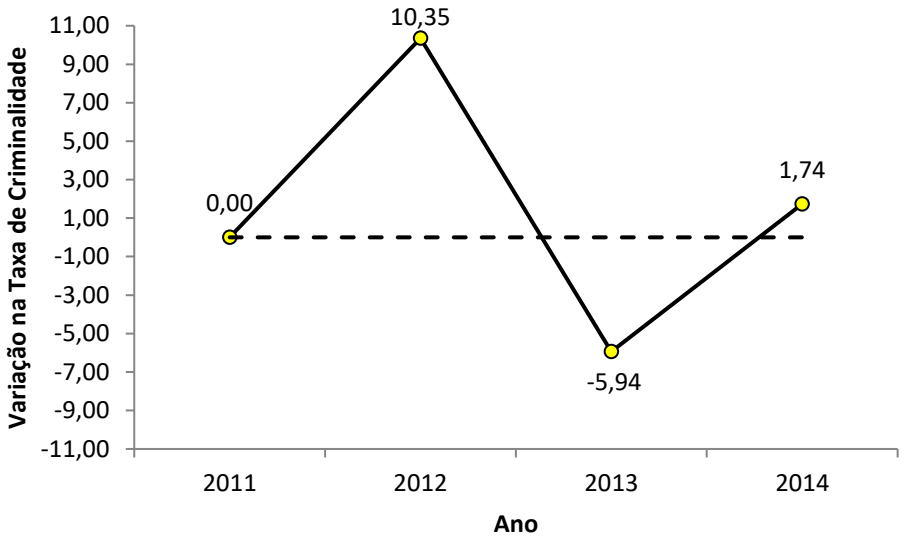
Outra reflexão definida por Sousa (2013), indica que o termo "*Thug*" passou a ser visto como um símbolo de delinquência juvenil, assumindo suas características específicas como um estilo de vida, sendo rotulados como sinais antissociais e incapazes, estereotipados de tal forma que se vêm os seus direitos de cidadania violados.

De acordo com Lima (2012), já nos anos 2000, a sociedade cabo-verdiana experimentou um nível excessivo de violência nunca antes vivido na história coletiva cabo-verdiana, salvo delinquência juvenil praticado pelos jovens, denominados, na altura, por "piratinhas" e "netinhos de vovó".

Com efeito, foram implementadas e reforçadas medidas de segurança sob o signo de "tolerância zero", como atrás referido, por meio de reformas legislativas e operacionais apostados na política de repressão, cuja população carcerária aumentou em 100% (LIMA, 2012).

Não obstante o controlo moderado das ocorrências criminais no país, conseguidas com a introdução da política de "tolerância zero ao crime" decretado em 2005, Lima (2012) critica a evolução da violência na sociedade cabo-verdiana, como fruto da revolta dos jovens, nos anos seguintes, tendo sido registado um pico de violência em 2012 (Figura 1), do qual, segundo Lima (2012), é motivado pela ausência da conjugação de políticas públicas integradas, ou seja, o desejável equilíbrio das políticas repressivas e políticas sociais. Na perspetiva de Lima (2012), a violência e a delinquência juvenil ficou assumida pela sociedade cabo-verdiana como um verdadeiro problema social.

Figura 3: Variação da Taxa de Criminalidade em Cabo Verde, no período de 2011 a 2014.



Fonte: MAI (2015).

A Figura 3 apresenta o comportamento das ocorrências criminais em Cabo Verde, nos períodos de 2011 a 2014, sendo 2011, o ano base para o presente trabalho. Olhando para a taxa da variação, verifica-se que a mesma oscila, na medida em que se regista um aumento, em 2012, de 10,35%, o qual corresponde 24.444 ocorrências no país, tal como ilustra a Tabela 2. No ano de 2013, as ocorrências diminuíram em 5,94%, como indica a Figura 3, correspondente a 22.991 registos no país. Em 2013, a taxa de variação indica um ligeiro aumento em 1,74%, correspondente a 23.392 registos de ocorrências no país.

A Tabela 2 representa os dados gerais da criminalidade, bem como sua repartição por natureza do crime. Com efeito, verifica-se no período de 2011 a 2014, uma oscilação das ocorrências, tendo atingido o maior pico em 2012 (24.444 ocorrências criminais).

Tabela 2: Dados estatísticos gerais dos Crimes Contra Pessoas e Crimes Contra Património, em Cabo Verde, no período de 2012 a 2014.

Crimes	**Ano**			
	2011	**2012**	**2013**	**2014**
Crimes Contra Pessoas	11.741	13.156	12.759	12.900
Crimes Contra Património	10.411	11.288	10.232	10.492
Total	**22.152**	**24.444**	**22.991**	**23.392**

Fonte: DGAI, 2015.

Tabela 3: Dados estatísticos gerais dos crimes de Homicídio Geral, Tráfico de Drogas e Agressão Sexual, em Cabo Verde, no período de 2012 a 2014.

Crimes	Ano			
	2011	**2012**	**2013**	**2014**
Homicídio Geral	53	56	54	65
Tráfico de Drogas	118	109	104	106
Agressão Sexual	110	133	108	92

Fonte: DGAI, CV, 2015.

Com referência ao mesmo período (2011 a 2014), os dados da Tabela 3 mostram as estatísticas gerais dos crimes de homicídio geral, tráfico de drogas e agressão sexual, enquanto crimes mais relevantes. Na Tabela 3 observa-se que, se no crime de homicídio geral, no decorrer dos anos registou-se um aumento, já nos crimes de tráfico de drogas e agressão sexual o cenário é outro. Verifica-se que, na tipologia do crime tráfico de drogas, registou uma redução moderada de ocorrências, ao longo dos anos 2011 a 2014. Relativamente à tipologia do crime agressão sexual, do ano 2011 para 2012, observa-se claramente que houve um aumento considerado (110 para 133), demonstrando uma diferença de 23 ocorrências registadas. Comparando, o período de 2012 para 2013, registou-se uma diminuição de 25 ocorrências (133 para 108). Continuando, a redução em 16 unidades de registo de ocorrências, registou-se no período de 2013 a 2014 (108-92). No cômputo geral, essa tipologia de crime reduziu moderadamente os registos no país.

Como forma de diminuir os níveis da criminalidade no país, o Plano Estratégico de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna 2009-2011 (CABO VERDE, 2009) definiu, como uma das estratégias, a diminuição da criminalidade e insegurança, tendo para o efeito encomendado estudos sobre a criminalidade realizados em 2011 e 2012, com incidência na perceção da população na Cidade da Praia, com o fito de estabelecer a comparação dos dados qualitativos (estudos) e os dados quantitativos (registos de ocorrências) para melhor compreensão do fenómeno da criminalidade, de modo a permitir uma ação preventiva da criminalidade, com forte ação comunitária.

Em Cabo Verde, estudiosos como Bordonaro (2010), Cardoso e Roque (2008) e Lima (2013), se debruçam, também, sobre o fenómeno da violência e da criminalidade, com incidência na Cidade da Praia, tendo em conta a massa populacional, que corresponde a mais de 50% da sua população total, para apoiar as estruturas responsáveis, bem como as universidades na compreensão e forma de combate. As pesquisas desses estudiosos procuram

incidir sobre as causas dessa violência, uma vez que, na tentativa de “implementar mais Estado” para resolver as tensões sociais e baixar o nível da criminalidade, o efeito inverso pode acontecer, estabelecendo-se um quadro de “menos Estado”, quando se analisam as políticas meramente repressivas, com incidência nas instâncias policiais, judiciais e prisionais (CARDOSO; ROQUE, 2008).

Wacquant (2004), traz outros males à sociedade, no que tange à confiança da população na polícia, devido à abordagem na repressão, com incidência, nomeadamente na discriminação racial e condição social, de acordo com o célebre caso que aconteceu em Nova Iorque:

> O paradoxo quer que essa tática de acossamento policial se espalhe de uma extremidade à outra do planeta no exato momento em que é seriamente questionada em Nova York, depois do assassinato, em janeiro de 1999, de Amadou Oiallo, um jovem imigrante da Guiné de 22 anos abatido por 41 balas de revólver (das quais 19 acertaram o alvo) por quatro policiais membros da "Unidade de Luta contra os Crimes de Rua" que perseguiam um suposto estuprador, ao passo que ele estava tranqüilo, sozinho, na portaria de seu prédio (WACQUANT, 2004, p. 22).

Vale referir que a capital do país, além de albergar mais de 50% da população, comporta também uma comunidade imigrada de países vizinhos da África e da Europa, e mais recentemente, com elevada procura de asiáticos a estabelecerem na Cidade. Essa referência torna-se importante, na medida em que, a ponderação das influências culturais, a globalização e a própria importação de medidas internacionais (“tolerância zero”), constituem elementos de análise para mitigar os riscos potenciais e os riscos reais da violência.

3.3. - ASPECTOS INERENTES A PARTILHA DE INFORMAÇÃO

Estudos feitos em alguns países, nomeadamente o Brasil, um país lusófono, demostram a necessidade de instituir um sistema comum de partilha de dados, mas também a importância do uso das estatísticas como fonte de informação adequada para a prevenção da criminalidade.

De acordo com Azevedo (2012), os profissionais devem estar aptos para acompanhar o fenómeno da criminalidade mediante uma melhor percepção do processo de produção, análise e disseminação da informação. Enfatiza a adoção de mecanismos de controlo e prevenção da criminalidade, incorporando o uso das informações. Reforça a utilização da informação transformada em conhecimento no planeamento da atividade policial, em que as

estatísticas criminais podem ser bastante úteis, reconhecendo também que são necessárias medidas não só de caráter técnico, mas também de transformação dos ambientes organizacionais responsáveis pelas políticas públicas.

A flexibilidade e visão da análise criminal que devem ter os profissionais de segurança pública na lógica do policiamento preventivo com auxílio dos sistemas de informação tendo em conta os resultados positivos no sistema de planeamento. A relevância da cultura profissional nestas organizações com fortes resistências à mudança de modelos tradicionais, defendendo o uso coreto das estatísticas, portanto, prossegue, dizendo que não basta usá-lo os números, precisa-se conhecer qual uso a ser dado no planeamento da atividade policial, mas também o uso da melhor maneira possível, uma vez que depende do modo que é produzido e divulgado.

Nessa perspectiva, e de acordo com a visão do conjunto, a ação não se reduz a um único ator, sendo composta por vários elementos heterogéneos, sejam eles humanos e não humanos, portanto significa que, numa relação de interação em que não se leva em conta o outro, há implicações sempre no conjunto. No fundo, a incidência sobre o papel dos atores na transformação da estrutura é muito importante para a prossecução dos objetivos, partindo da premissa que é o indivíduo quem promove ou provoca a transformação. Conforme Gonçalves (1999), a teoria da racionalidade comunicativa impõe à organização e às sociedades uma ação baseada na comunicação e ação, partindo das normas de convivência que regem as relações sociais.

Ainda nessa linha de raciocínio a teoria crítica enfatiza a emancipação do homem em sociedade por meio de mecanismos de interação social sob o conceito da racionalidade comunicativa, a qual proporciona o conhecimento reflexivo sobre as suas ações. Analisando a teoria da gestão social, na perspetiva de Tenório (1998), pode-se admitir uma gestão mais participativa, onde as decisões de políticas públicas devem ser elaboradas com base no interesse recíproco existente na relação sociedade-Estado, no qual se baseia a premissa de que, no caso, a segurança é uma responsabilidade de todos, como se refere o Cabo Verde (2011, Artigos 82º a 84º do CRCV).

O conceito de segurança pública é entendido como um conceito epistemológico muito complexo, uma vez que inexiste um enquadramento concreto, de acordo com Reis e Leitão (2008). Por isso, os autores, afirmam que:

> "Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um novo método e se descobrem verdades que nos abrem novos e importantes horizontes, é que nasce uma nova ciência" (REIS; LEITÃO, 2008, p. 26).

Pese embora essa afirmação, a prevenção da criminalidade que está ancorada na segurança pública é um desafio para os profissionais e responsáveis pelas políticas públicas que demanda um grau de cientificidade capaz de garantir o controlo social, visando a paz social. Para tanto,

> "(…) o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações" (MINAYO, 2001, p.15).

Torrado (2012) aponta para a necessidade da partilha de informação para a prevenção eficaz e eficiente do crime, incluindo a vantagem na utilização de recursos entre as forças de segurança, com forte incidência no domínio da investigação criminal. O referido estudo apoia-se nas estruturas policiais, cuja hierarquia é a componente cultural muito forte, as quais se assemelham com a das forças de segurança de Cabo Verde. Por outro lado, Torrado (2012), coloca, ainda, ênfase nos colaboradores e níveis de partilha das informações, cuja eficiência depende dos mecanismos implementados, designadamente o desenvolvimento de um sistema integrado de informações, baseado na forte cooperação institucional.

Analisando os autores estudados, verifica-se claramente a importância da cooperação e coordenação institucional, quadro esse estabelecido na Lei Nº 16/VII/2007, de 10 de Setembro, (CABO VERDE, 2007b) em Cabo Verde, cuja prática deverá corresponder às expectativas dos profissionais e da sociedade, na prevenção da criminalidade. Assim, no quadro desta Lei, designa-se por segurança interna: "atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade".

Ainda, na Lei Nº 16/VII/2007, de 10 de Setembro (CABO VERDE, 2007b), entende-se por Forças e Serviços de Segurança, as autoridades e os órgãos de polícia, portanto: (*i*) "Autoridades de polícia" – diretores, oficiais, inspetores, subinspetores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respetivas reconhecem aquela qualificação ou exercem funções de comando e (*ii*) "Órgãos de polícia" – todas as entidades a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por autoridades de polícia ou determinados pela presente lei.

Constitui um fator positivo a existência de um protocolo assinado em 2012, entre o Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde e o Ministério da Administração Interna para reforçar as instituições de segurança pública na sistematização de informações de forma padronizada, harmonizada e uniforme, visando sua divulgação e utilização pelos interessados.

Em termos legislativos cabe destacar que a Constituição da República define que "Todos os cidadãos têm igual dignidade social, e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, religião, condições sociais, e económicas ou convicções políticas ou ideológicas" (CABO VERDE, 2010, Art. 24).

Relativamente aos direitos e deveres dos cidadãos, Cabo Verde reconhece e defende os direitos consagrados na declaração universal dos direitos humanos, sem qualquer discriminação sexista, tendo aderido por outro lado a diversas convenções internacionais para a eliminação da discriminação contra a mulher.

3.5. - POLÍCIAS DE CABO VERDE

3.5.1. - Polícia Nacional

A Policia Nacional de Cabo Verde, abreviada de PN, é uma estrutura pública uniformizada, de natureza civil, profissional e apartidária, cujos princípios estão ancorados na Constituição da República de Cabo Verde, (CABO VERDE, 2010), e demais quadros legais da república, designadamente o Código Penal e Código do Processo Penal, (CP e CPP, 2018).

Segundo Sousa e Morais (2011), a Polícia é o órgão que tem legitimidade para agir, dentro dos padrões estabelecidos de atuação, no sentido de impor limitações à liberdade, seja ela, individual ou coletiva, caso algo corre mal, no sentido de repor a ordem e tranquilidade social.

Em certa medida, ela regula a visa social e quotidiana, promovendo a paz e boa convivência.

A partir da Portaria Nº 194, publicado no boletim oficial do ano de 1870, foi nomeada uma comissão para estudar e propor ao Governo-Geral, um regulamento para a criação de

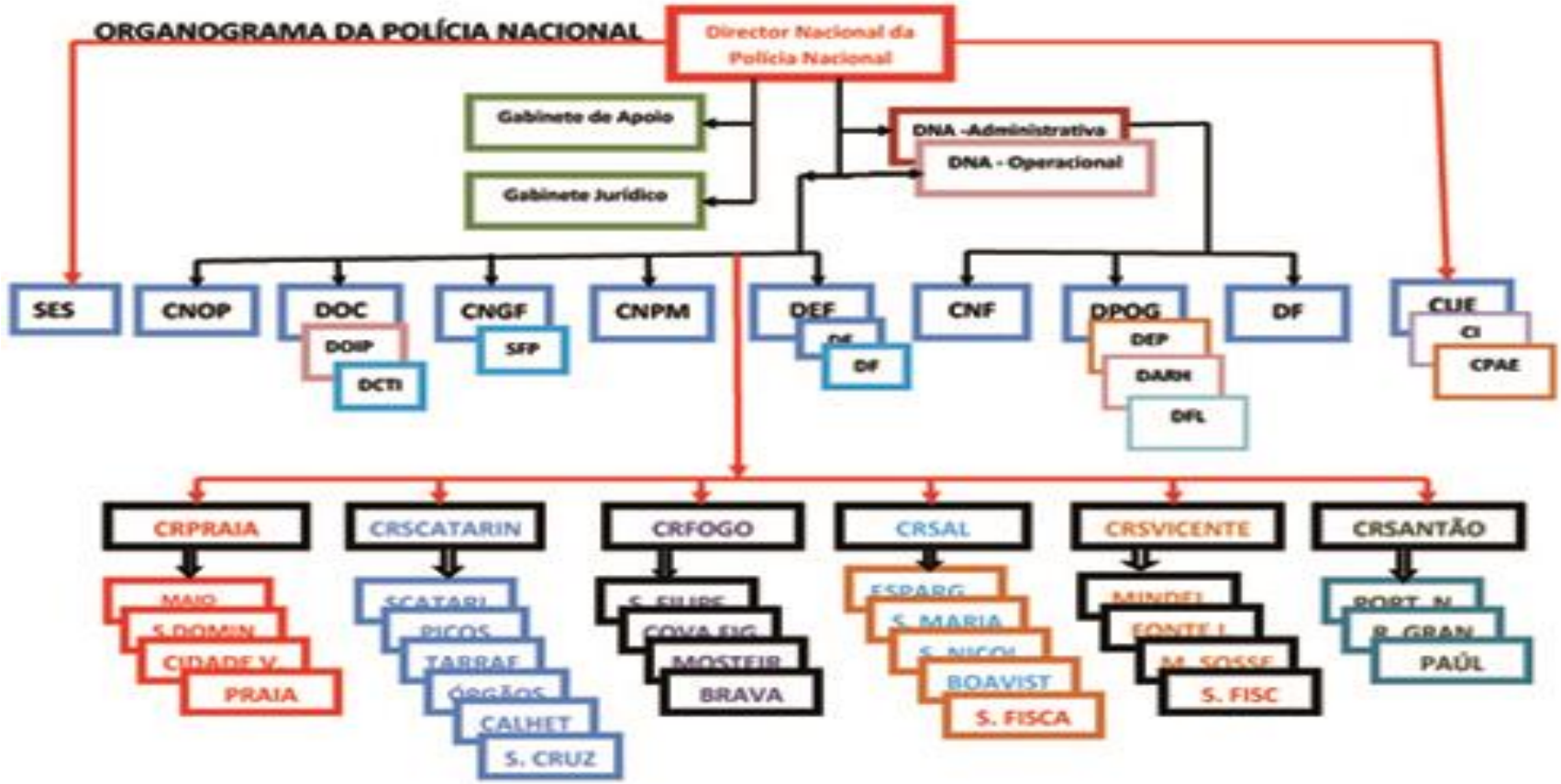
um Corpo da Polícia, na Ilha de Santiago, Praia, Cabo Verde. Com efeito, em 1872, foi publicada uma portaria Nº 422, argumentando que:

> "o grau de desenvolvimento e de progresso que esta cidade da Praia já atingiu, exige que nela se organize um serviço policial de harmonia com o seu estado de adiantamento e destinado a velar pela ordem e segurança públicas e pelo cumprimento das prescrições policiais em vigor".
>
> Historial da PN, sitio da internet da Polícia nacional

Em 1974, a 15 de novembro, a Polícia Caboverdiana dissocia da estrutura da Polícia de Segurança Pública, sob o signo de liberdade colonial do então governo português, tendo nessa altura duas grandes estruturas policiais representadas na Cidade da Praia, ilha de Santiago e em Mindelo, Ilha de São Vicente.

A polícia cabo-verdiana evoluiu, tendo sido criado, por decreto legislativo, em 2005, a polícia nacional, tendo unificado numa única estrutura, os diversos ramos da polícia de ordem pública, polícia de fronteiras, policia fiscal, polícia de trânsito, serviço social, entre outras estruturas administrativas, como se ilustra no organograma, ficando representado em todo o território nacional.

Figura 4: Organograma da Polícia Nacional



Fonte: https://www.policianacional.cv/

Não obstante as diversas mudanças, em 2007, a orgânica da Policia Nacional, sofre mais uma atualização, em face da evolução social e a dinâmica atual,

> "Esta orgânica atende ao facto de a PN ser uma força pública dotada de mera autonomia administrativa e financeira, mas não de personalidade jurídica, especificando, deste modo, os poderes de direção do membro do governo responsável pela segurança e ordem pública, mas também, ao facto de a sua organização ser única para todo o território nacional e obedecer à hierarquia do comando em todos os níveis da sua estrutura." Decreto-Lei Nº 39/2007 de 12 de Novembro (CABO VERDE, 2007).

A Polícia Nacional tem como missão defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade, e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (CABO VERDE, 2007a, DECRETO-LEI Nº 39/2007). O Ministério da Administração Interna é a instituição governamental que superiormente dirige a Policia Nacional (CABO VERDE, 2007a, DECRETO-LEI Nº 39/2007).

Atendendo aos efeitos da globalização e das emergentes ameaças, a polícia nacional submeteu-se à primeira alteração do Decreto-Lei Nº 39/2007 (CABO VERDE, 2007a), em 2017, visando dotar a organização de melhor distribuição dos seus efetivos, podendo racionalizar recursos humanos e materiais. Em termos orgânicos, a PN reestruturou os serviços tendo integrado a academia de segurança interna, a fim de responder aos desafios de capacitação e formação dos seus efetivos, a direção de investigação criminal, nas atribuições conferidas, de acordo com a Lei de Investigação Criminal (CABO VERDE, 2017c, DECRETO-LEI Nº 14/2017), que compreende:

> "A divisão de investigação criminal;
> A divisão de análise e informação criminal;
> A divisão de polícia técnica e ciência forense;
> A Cooperação, bem como as esquadras de investigação criminal"
> B.O. Nº 65, DL Nº 14, 2017 (CABO VERDE, 2017c)

Relativamente ao modelo de gestão de prevenção da criminalidade, verifica-se que na Polícia Nacional, uma instituição centenária, com mais de 140 nos de existência, o tratamento dos dados é feito unicamente em pastas no aplicativo Excel, e não existe uma metodologia de trabalho estatístico instituído para proporcionar medidas estratégicas de intervenção social. Os dados são organizados de forma empírica, a partir, e apenas, dos registos administrativos,

com recurso básico no formato do aplicativo excel e papel, visando o planeamento das suas operações.

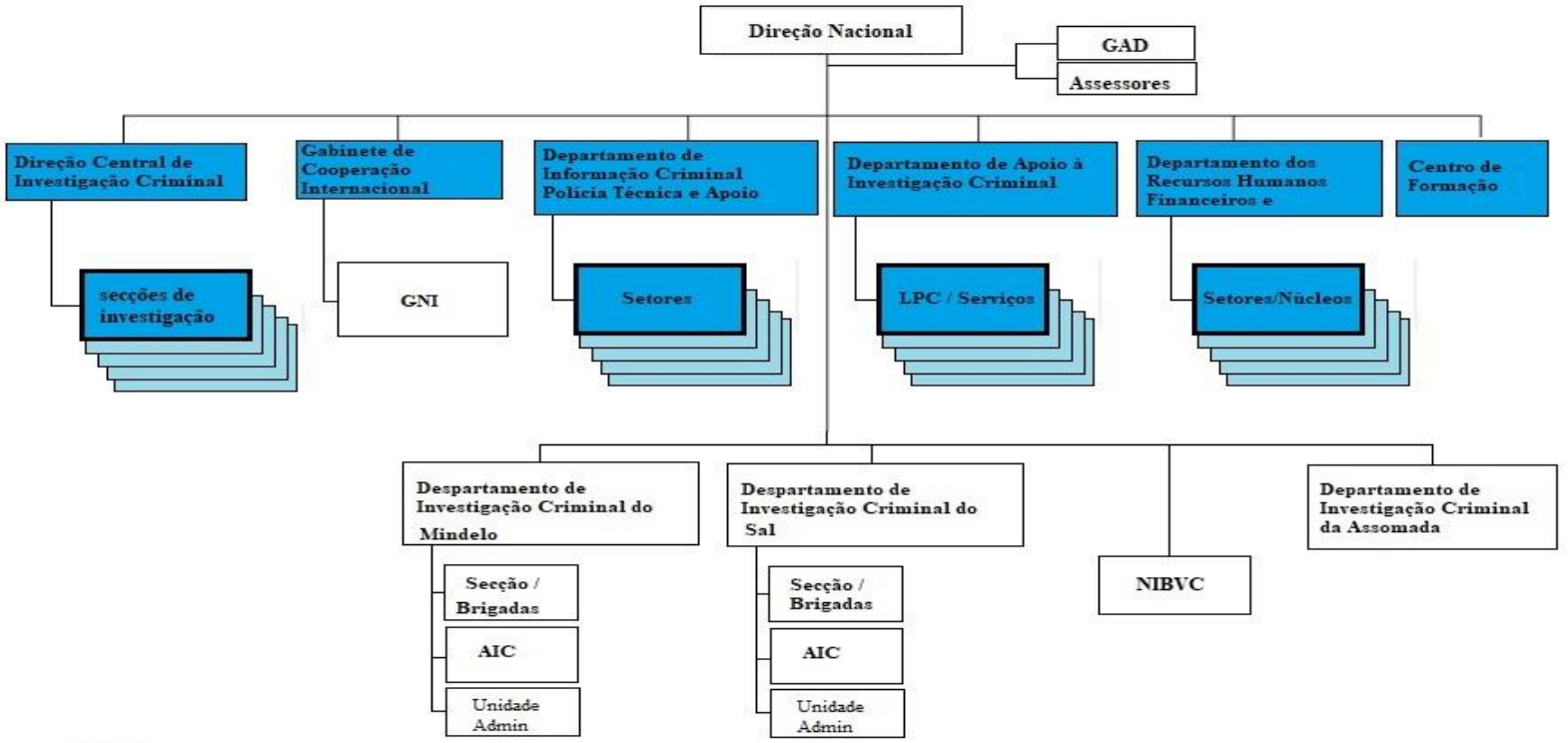
Vale referir que a polícia nacional dispõe de mais de dois mil efetivos, distribuídos nos comandos regionais e representações territoriais, dispondo de viaturas e instalações próprias, bem como demais dispositivos de intervenção.

3.5.2. - Polícias Judiciária

Contrariamente da Policia Nacional, a Polícia Judiciaria, é uma instituição com menos anos de existência, criada em 1993 com cobertura limitada no território nacional. Tem caráter científico e tem como missão, nos termos da sua Lei Orgânica, (DL 4 e 5, CABO VERDE, 1993). A Polícia Judiciária coadjuva com as autoridades judiciárias na investigação criminal, para desenvolver e promover ações de prevenção e de investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes. A sua tutela é o Ministério da Justiça (DL 4 e 5, CABO VERDE, 1993).

A criminalidade organizada, como o tráfico de cocaína, burlas e fraudes complexas, falsificação de documentos, tráfico e viciação de veículos, homicídios contra desconhecidos, entre outros crimes mais graves, constituem as suas principais funções.

Figura 5: Organograma da Polícia Judiciária



Fonte: www.pj.gov.cv

3.6. - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CABO VERDE

Em 1975, a República de Cabo Verde foi reconhecida como país independente, pese embora a existência da polícia, até então, suportada pela estrutura portuguesa, denominada de polícia de segurança pública. Volvidos anos de história, eis que surge o primeiro plano estratégico sobre segurança, denominado, plano estratégico de segurança interna (PESI) em 2009, com forte enfoque conceitual sobre segurança.

Em 2014, surge um segundo plano estratégico, envolvendo várias estruturas de competências da PN, com enfoque mais operacional e mais aproximado da articulação e coordenação das estruturas externas. Em 2013, é apresentado um programa de prevenção da criminalidade, denominado programa segurança solidária, o qual tem como propósito atuar no domínio da prevenção criminal local, situacional e em programa de ressocialização, com forte enfoque nas abordagens de proximidade.

O governo, em 2016, aprovou um novo plano estratégico, denominado Plano Nacional de Segurança Interna e Cidadania (CABO VERDE, 2016), com enfoque no combate à violência baseada nas raízes do crime, fortemente ancorado na articulação das diferentes estruturas sociais, educação, desporto, cultura e grupos mais sensíveis, crianças, idosos.

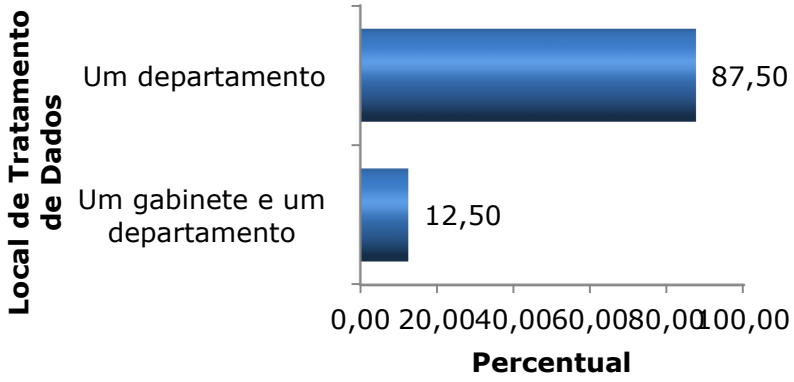
Nesse domínio, o PNSIC exige que a coordenação e articulação entre as forças e serviços de segurança seja uma constante, mediante troca e partilha de informações atempadas.

O PNSIC constitui um programa transversal de segurança pública, sendo coordenado pelo Ministério da Administração Interna e apoiado pelos representantes setoriais, com responsabilidade em matérias de políticas públicas sociais.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Todas as três instituições dispõe de pelo menos um departamento/gabinete destinado ao tratamento de dados de ocorrências criminais (Figura 6).

Figura 6. Percentual de gestores cujas instituições dispõem de um departamento/gabinete destinado ao tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019.



Fonte: Produzido pela autora (2020).

Os serviços de segurança pública, pela sua complexidade demonstradas nas orgânicas da polícia nacional e policia judiciaria, requerem estruturas físicas e das TIC´s com flexibilidade capazes de favorecer um ambiente eficiente e eficaz, visando uma gestão aprimorada em termos de procedimentos padronizados para melhor enfrentamento do crime, com destaque para a antecipação de eventos criminais (PAULA, 2011).

Tabela 4. Quantidade e percentual de gestores por indicação de como é feito tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019.

Como é feito tratamento de dados de ocorrências criminais	Quantidade	Percentual
A partir de recepção dos dados	1	12,50
A partir de recolha de dados	1	12,50
A partir de coleta de informações, denúncias e abordagens	1	12,50
A partir de coleta diária de dados	1	12,50
É feito na direção de operações e comunicação pelos técnicos	1	12,50
A partir de encontros semanais	1	12,50
A partir de denúncias ou por força do plano de ação	1	12,50
A partir de triagem dos dados de registo de ocorrências e coleta, análise e tratamento dos dados	1	12,50

Total	8	100,00

Fonte: Produzido pela autora (2020).

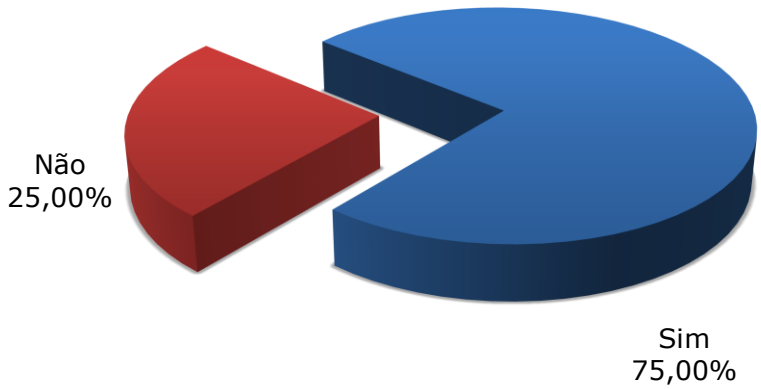
Apesar das instituições disporem de local para o tratamento de dados de ocorrências criminais, não houve convergência na forma como é realizado o tratamento dos dados (Tabela 4).

Paula (2011) alerta ainda que, nesse contexto de gestão de informação e conhecimento, a necessidade de um sistema adequado para a produção de conhecimento capaz de antecipar os eventos criminais, prevenir e melhorar as situações de riscos**.**

A maioria (75,00%) dos gestores afirma que existe um sistema centralizado de tratamento de dados de ocorrências criminais (Figura 7). Entretanto, um dos gestores que diz não haver um sistema centralizado, comenta que:

> "Não existe um sistema centralizado de tratamento de dados de ocorrências criminais. Os dados são recolhidos e enviados para a Direção de Operações e Comunicações, com data limite fixa, ou seja, até 05 de cada mês" (Gestor 1).

Figura 7. Percentual de gestores em relação a existência ou não de um sistema centralizado de tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019.



Fonte: Produzido pela autora (2020).

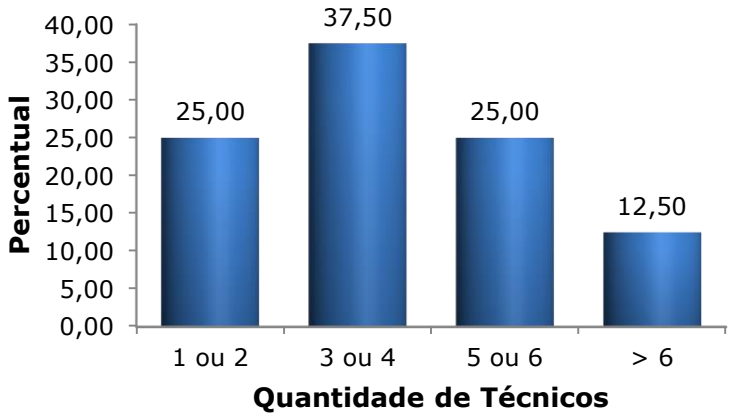
Sobre o sistema centralizado de tratamento de dados de ocorrências relacionadas à gestão portuária, tem-se o seguinte comentário:

> "Existe um sistema centralizado JUP – Janela Única Portuária - cuja plataforma é gerida pela Enapor. Existe, ainda, outro dispositivo de controle físico que permite a coleta de informações sobre a entrada de navios, verificação de documentação, lista de tripulantes, previamente. Outro dispositivo de controle é o SEA VISION, a qual permite o controle e deteção de navios suspeitos além da costa cabo-verdiana e é de acesso a toda a equipe conjunta de segurança marítima" (Gestor 4).

Conforme Miranda (2004), sendo a segurança pública uma área de preocupação social global, há necessidade de dotar o sistema de um quadro metodológico e consistente da produção de conhecimento, garantindo maior eficiência no planeamento operacional e adoção de medidas de prevenção da criminalidade. Esta medida contrasta, em certa medida, com a forma tradicional de administração policial, a qual se baseia na experiência e "bom senso" dos efetivos policiais.

Todos dos gestores entrevistados informaram que há, em suas instituições, técnicos capacitados para o tratamento de dados de ocorrências criminais (Figura 8). O maior quantitativo observado de técnicos em uma instituição são 10 técnicos, a maior parte das instituições possui 3 ou 4 (37,50%) técnicos capacitados para o tratamento de dados de ocorrências criminais (Figura 8). Além disso, os técnicos possuem formação em variadas áreas do conhecimento, como por exemplo, engenharia de informática e comunicação, analistas de informação; estatística e gestão de informação, geografia, fraude documental, segurança documental, planeamento e administração de transportes marítimos, inteligência policial marítima e filosofia.

Figura 8. Percentual de técnicos capacitados para o tratamento de dados de ocorrências criminais, Cabo Verde, 2019.



Fonte: Produzido pela autora (2020).

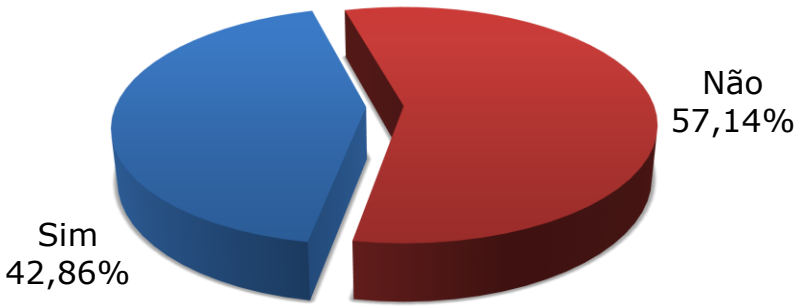
O acesso ao sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais não é centralizado segundo a maioria dos gestores (57,14%) (Figura 9).

A tecnicidade exigida para que a policia tenha uma atuação mais cuidada, mais orientada nos processos de decisão sobre determinados eventos e adoção de medidas estratégicos, deve ser assegurada (PAULA, 2011).

Essa tese é também defendida por Azevedo (2012. p.72) quando afirma que, "*é necessário na montagem de um sistema de informações, "pessoal minimamente qualificado para a tarefa, que tenha um domínio no manejo de banco de dados eletronicamente disponíveis, planilhas e, se possível, de algum software de análise estatística de dados*".

Atento ao exposto verifica-se um fraco investimento para a consolidação da plataforma de registos de ocorrências para assegurar uma melhor tomada de decisões.

Figura 9. Percentual de gestores em relação se o sistema de acesso ao sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais é centralizado ou não, Cabo Verde, 2019.



Fonte: Produzido pela autora (2020).

Como defende Azevedo (2012), as informações devem ser organizadas de modo a poder ser usado em tempo útil e correta, podendo ser mais fácil a sua comparação para se compreender o fenômeno, na medida em que deve ser igualmente atualizada, para os seus utilizadores, muitas vezes e, coincidentemente, os próprios policiais, no âmbito das suas atividades operacionais.

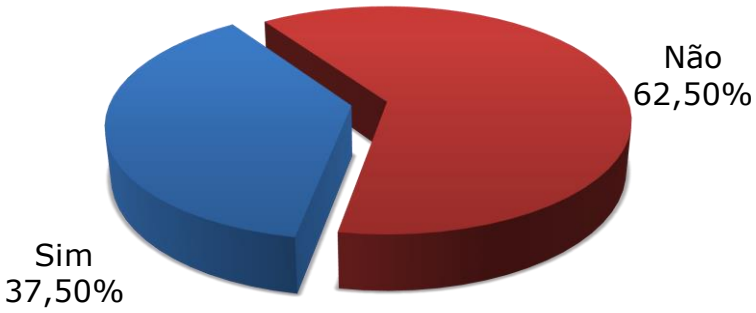
Pese embora uma percentagem muito próxima dos entrevistados a afirmarem sobre o sistema de acesso aos dados, verifica-se que ainda persiste uma clara divisão de opiniões, o que implica melhor articulação entre os sujeitos de segurança pública.

Para Martins (2010), é necessário apostar nas parcerias entre as instituições pública e privadas e órgãos de polícia criminal, visando fomentar a disponibilização e partilha de informação, na perspectiva da prevenção da criminalidade.

De acordo com 62,50% dos gestores não é geral o acesso ao sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais (Figura 10). O motivo do acesso ao sistema não ser geral é comentado por alguns gestores, como por exemplo,

> “O acesso ao sistema é a nível da polícia nacional mas neste momento tem sido privilegiado o acesso apenas aos graduados de serviço, Comandantes de Esquadras, Comandantes Regionais, bem como os Diretores Nacionais, e os Diretores Nacionais para a área operativa e administrativa” (Gestor 2).
>
> "O acesso ao sistema é restrito ao pessoal destacado para o referido serviço” (Gestor 3)
>
> “O acesso é limitado aos agentes de investigação criminal” (Gestor 6).
>
> “há perfis de acesso diferenciados e limitados” (Gestor 7).

Figura 10. Percentual de gestores em relação se o acesso do sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais é geral ou não, Cabo Verde, 2019.



Fonte: Produzido pela autora (2020).

Importa salientar que, de acordo com a entrevista de um policial, a lei de Investigação Criminal prevê a criação de um Sistema Integrado de Informação Criminal entre várias instituições, designadamente os Órgãos de Polícia Criminal e os Tribunais. Este sistema consiste na integração de todas as bases de dados criminais (SIJ, SIIC e SIGO), dessas instituições, que irá permite uma melhor partilha de informação criminal. Todavia, o sistema está, ainda, no processo de materialização.

Conforme Miranda (2004), sendo a segurança pública uma área de preocupação social global, há necessidade de dotar o sistema de um quadro metodológico e consistente da produção de conhecimento, garantindo maior eficiência no planeamento operacional e adoção de medidas de prevenção da criminalidade. Esta medida contrasta, em certa medida, com a forma tradicional de administração policial, a qual se baseia na experiência e "bom senso" dos efetivos policiais.

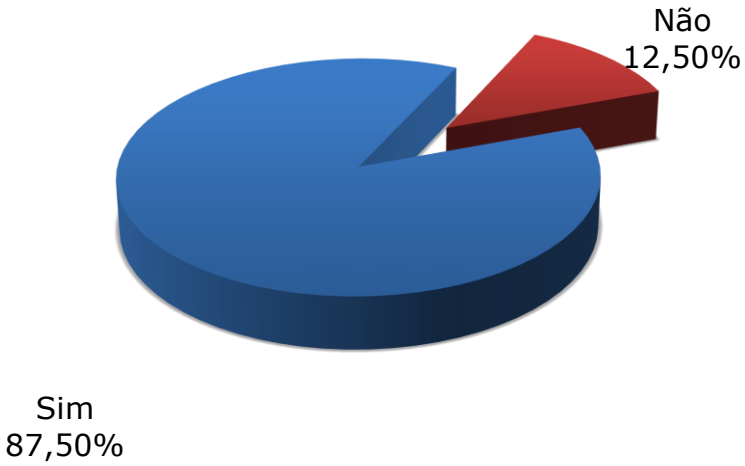
Nota-se que a maioria (87,50%) dos gestores afirma existir partilha de dados de ocorrências criminais com as outras forças e serviços de segurança (Figura 11). Dentre as formas de partilha de dados, segundo os gestores:

> "acontece quando se realizam encontros de coordenação entre as forças e serviços de segurança" (Gestor 2).
>
> "acontece mediante troca de mensagens ou notas oficiais" (Gestor 3)
>
> "acontece quando são remetidos ao ministério público ou polícia judiciária" (Gestor 4)

"é realizada com o ministério público e com os oficiais de ligação na Polícia Nacional" (Gestor 7).

"é realizada mediante solicitação ou caso justifique necessidade de ações conjuntas" (Gestor 8).

Figura 11. Percentual de gestores em relação se há ou não partilha de dados de ocorrências criminais com as outras forças e serviços de segurança, Cabo Verde, 2019.



A maioria dos gestores (87,50%) afirma não existir uma periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais, entre as forças e serviços de segurança (Figura 12).

Verifica-se que, pelos depoimentos recolhidos, essa fraca cooperação e coordenação institucional, não garante e nem contribui de forma eficaz para a prevenção da criminalidade, considerando as discrepâncias registadas no domínio das estatísticas, as quais, de um lado a PGR incide sobre variáveis diferentes das da polícia nacional, pese embora a mesma base do quadro legal – o código penal.

A título de exemplo, se a PGR trabalha os seus dados com base temporal no ano judicial que compreende o período de outubro de um ano a setembro de outro ano, a Polícia Nacional compreende a variável temporal do ano civil, ou seja, de janeiro a dezembro do ano em vigor.

Esse quadro já implica uma exigência de coordenação institucional, de modo a garantir a coerência, a harmonização, a uniformização dos dados estatísticos e suas consequentes conclusões, visando uma informação adequada e consensualizada, no sentido de evitar redundâncias e duplicações.

Neste sentido, a par das instituições de segurança pública, vale referir o papel no INE que proporciona um quadro de conceitos e princípios estatísticos necessários e indispensáveis para a elaboração de relatórios estatísticos, de acordo com a Lei do SEN[4].

Azevedo (2012) alerta que, pelo fato de existirem diferentes quadros conceituais, por conta da natureza das atividades institucionais,

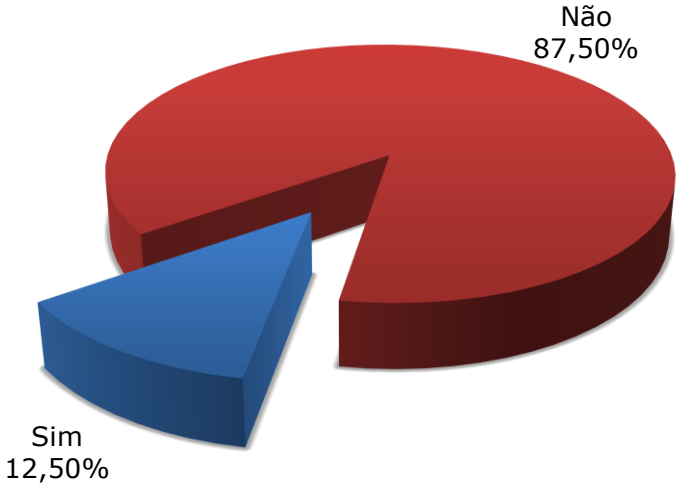
> "(...)um indivíduo que foi vítima de agressão num determinado município, mas foi levado para um hospital do município vizinho e lá faleceu, tem as informações sobre seu óbito registradas de forma diferenciada pelas duas fontes. Enquanto as polícias utilizam como referência o local em que o indivíduo sofreu a agressão..." (AZEVEDO, 2012, p. 58).

Essa tese, sugere uma melhor coordenação e partilha entra as forças e serviços de segurança, com ênfase nas estruturas da policia nacional e procuradoria geral da república, de Cabo Verde, onde o tempo é calculado na base do ano civil (janeiro a dezembro) e judicial (outubro a julho), respectivamente.

A maioria dos gestores (87,50%) afirma não existir uma periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais, entre as forças e serviços de segurança (Figura 7).

Figura 12. Percentual de gestores em relação se há ou não periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais, entre as forças e serviços de segurança, Cabo Verde, 2019.

[4] SEN – Sistema Estatístico Nacional



Quanto à partilha de dados, pelas entrevistas, verifica-se que não existe uma periodicidade e nem espontaneidade na partilha entre forças policiais, ou seja, não há intercambio de informação se não for solicitada, pois, somente são enviadas ocorrências ao Ministério Público por imperativo da lei processual penal, para apreciação e criação de processo-crime e posterior delegação aos órgãos de polícia criminal.

Conforme defende Torrado (2012), e fundamental a partilha de informação para a prevenção eficaz e eficiente do crime, incluindo a vantagem na utilização de recursos entre as forças de segurança, com forte incidência no domínio da investigação criminal. O autor coloca, ainda, ênfase nos colaboradores e níveis de partilha das informações, cuja eficiência depende dos mecanismos implementados, designadamente o desenvolvimento de um sistema integrado de informações, baseado na forte cooperação institucional.

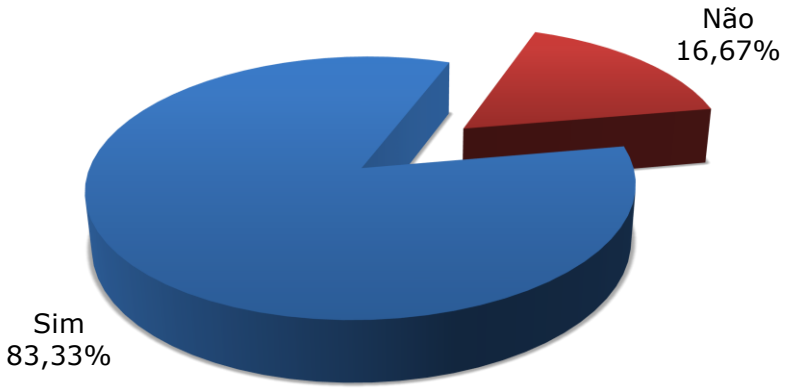
Segundo os gestores é comum a articulação (83,33%) entre as forças e serviços de segurança sobre grandes eventos (Figura 13).

Mesmo a maioria dos gestores afirmando ser comum a articulação entre as forças e serviços de segurança sobre grandes eventos, apenas dois gestores foram enfáticos em suas respostas:

> É feito sempre um despacho de nível superior para a articulação entre as forças e serviços de segurança (Gestor 1).

> É feito sempre mediante a colaboração das partes na elaboração e na execução de planos de segurança (Gestor 2).

Figura 13. Percentual de gestores em relação se é ou não comum a articulação entre as forças e serviços de segurança sobre grandes eventos, Cabo Verde, 2019.



Outros gestores comentam haver esporadicamente articulação.

> Existe articulação, mas só quando necessário, portanto dependendo do tipo de evento e do risco associado (Gestor 7).
>
> A articulação sobre os grandes eventos só se efetivava quando houvesse necessidade de força maior (Gestor 5).
>
> Existe mediante as diretivas dos Comandantes Regionais (Gestor 6).

Um gestor comenta não haver articulação.

> "Não existe, mas no caso da participação do IGAE, ela é fraca, uma vez que os outros órgãos de polícia não tinham a sensibilidade sobre o papel preventivo da IGAE" (Gestor 8).

É preciso ter em conta que as entrevistas são percepções dos próprios entrevistados, pelo que se deve considerar as atribuições de cada um dos Órgãos de Polícia Criminais (OPC)., de acordo com a lei orgânica dos mesmos. Por exemplo, existe as equipas conjuntas portuárias e aeroportuárias dos quais fazem parte a PN, PJ e Guarda Costeira (equipas LEDET)[5], conforme um policial entrevistado. O que significa

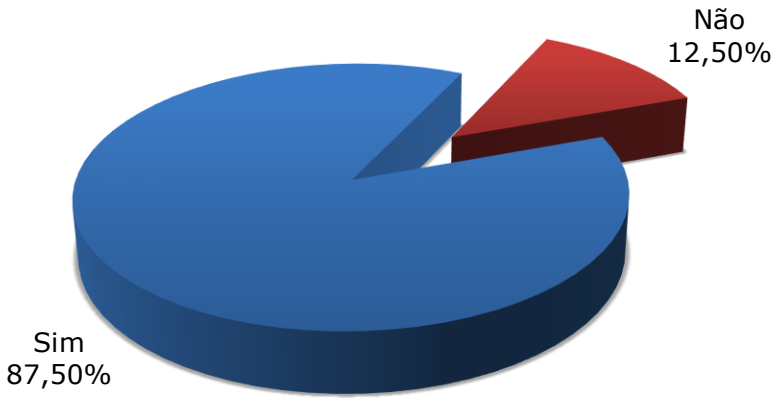
[5] *Law Enforcment Detatchment* (LEDET), equipa para abordagem de embarcações em alto mar, da qual fazem parte Policia Judiciaria, Policia Maritima e Guarda Costeira.

que há articulação permanente nestes casos, para os efetivos das agencias integrantes dessas equipas.

Todavia, pelos policiais entrevistados, a articulação é deficiente e precisa ser melhorada.

Para a maioria dos gestores (87,50%) existe cultura de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações (Figura 14).

Figura 14. Percentual de gestores em relação se existe ou não cultura de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações, Cabo Verde, 2019.



A cultura de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações de Cabo Verde é, segundo os gestores, realizada de forma eventual, como por exemplo,

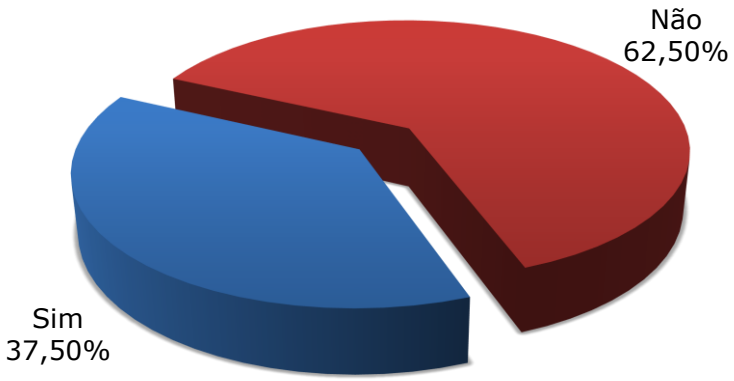
> "ocorre em particular no caso dos homicídios" (Gestor 7).
>
> "existe sobre certos tipos de ocorrências, principalmente homicídios ou outros casos graves" (Gestor 5).
>
> "em especial no caso de operações de fiscalização e do controle de permanência de estrangeiros" (Gestor 3).
>
> "existe sobre certos tipos de eventos, de acordo com a deliberação prévia sobre a fiscalização e autorização" (Gestor 6).
>
> "realizada por grandes ações junto dos operadores económicos" (Gestor 8).

Apesar duma percentagem de entrevistados situada em 13%, a afirmarem que não existe articulação, mas constata-se que a maioria de 87% confirma que existe, aliás o que pode ser corroborado pelas entrevistas. Conforme se referiu anteriormente, o que precisa é ser melhorada.

Considerando o défice que se verifica no nível de partilha, esse sentimento fica demonstrado igualmente nos quesitos de pratica de articulação institucional, sendo as opiniões dos entrevistados, em certa medida, não se divergem.

Conforme defende Torrado (2012), é fundamental a partilha de informação para a prevenção eficaz e eficiente do crime, incluindo a vantagem na utilização de recursos entre as forças de segurança, com forte incidência no domínio da investigação criminal. O autor coloca, ainda, ênfase nos colaboradores e níveis de partilha das informações, cuja eficiência depende dos mecanismos implementados, designadamente o desenvolvimento de um sistema integrado de informações, baseado na forte cooperação institucional.

Figura 15. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de Planeamento regular, Cabo Verde, 2019.



De acordo com os gestores a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações não é feita (62,50%) na perspectiva de planeamento regular (Figura 15). Neste contexto, alguns gestores afirmaram que:

> “relativamente às perspectivas do planeamento regular ou financeira, não existe” (Gestor 1).
>
> “porque é teoria, na prática não existe” (Gestor 5).
>
> “porque nunca será suficientemente forte porque desconhece-se o papel das forças e as mais-valias” (Gestor 8).

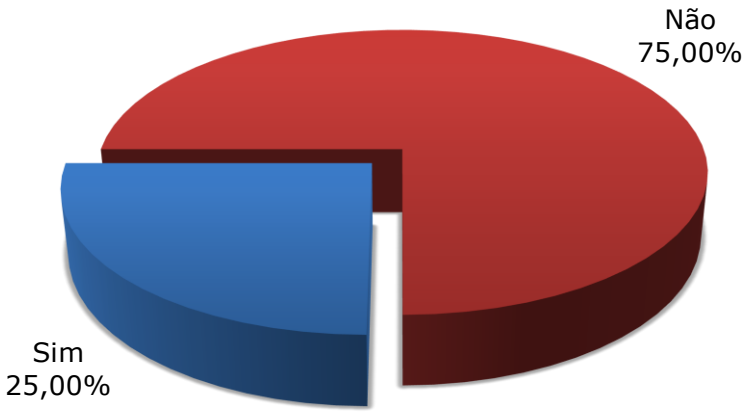
Dentre os gestores que afirmam que a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento regular, tem-se os seguintes comentários:

> “ela é regular, frequente e diário” (Gestor 4).
>
> “existe por força das operações de busca e de equipes conjuntas” (Gestor 7).
>
> “acontece quinzenalmente para coordenar sobre a realização dos eventos” (Gestor 6).

A maioria dos gestores (75,00%) disse que a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações não é feita na perspectiva de planeamento financeiro (Figura 16). Dentre os motivos de não ser feita na perspectiva de planeamento financeiro, tem-se que:

> “não existe porque não houve necessidade” (Gestor 5).
>
> “não existe porque as diferentes forças são muito conservadoras e estão com os seus centros de custos separados” (Gestor 6).

Figura 16. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento financeiro, Cabo Verde, 2019.



Verifica-se, com evidencia que a distribuição dos recursos pode estar desalinhada com as estratégias que se aplicam, considerando o desnivelamento entre os resultados sobre a cultura de articulação (Fig. 14) entre as forças e serviços de segurança nas operações e a articulação na perspectiva regular (Fig. 15), alinhado com a pratica de articulação na perspectiva financeira (Fig. 16).

Quando a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento financeiro, os gestores afirmam que:

> "existe sim uma articulação no que se refere à fiscalização sobre pesca, ambiente e recursos do mar, proteção de tartarugas" (Gestor 4).

> "porque a necessidade de uma prevenção integrada é premente e deve ser pensada uma vez que traz ganhos enormes para o sistema e para o próprio estado" (Gestor 8).

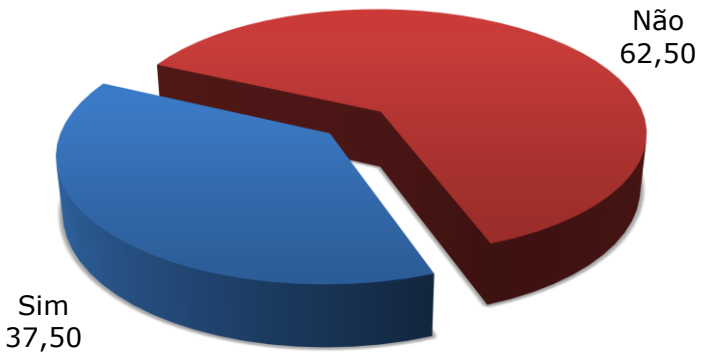
Para 62,50% dos gestores a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações não é feita na perspectiva de planeamento pessoal (Figura 17). Neste contexto, alguns gestores afirmaram que:

> "Quanto à influência das relações interpessoais, nunca se deve ter em conta porque se trata da defesa e segurança da população contra interesse de um (individuo)" (Gestor 8).

> "Quanto à influência das relações interpessoais, os agentes funcionam com base nos regulamentes de atuação, pelo que as relações pessoais têm caráter secundário, prevalecendo o regulamento e o interesse supra do Estado" (Gestor 4).

> "A articulação é feita independentemente das relações pessoais" (Gestor 2).

Figura 17. Percentual de gestores em relação se a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento pessoal, Cabo Verde, 2019.



Gestores ao afirmarem que a prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspectiva de planeamento pessoal, também, comentam que:

> "Quanto à influência das relações interpessoais, ela estimula muito na articulação dos agentes de diversas forças" (Gestor 7).
>
> "Quanto à influência das relações interpessoais, existe no nível mais estratégico e isso tem influência na eficácia das ações" (Gestor 5).
>
> "Quanto à influência das relações interpessoais, a mesma exerce positivamente na eficácia das operações, funcionando como barreira anti-burocrática." (Gestor 6).

Conforme Azevedo (2012), é fundamental a adoção de mecanismos de controlo e prevenção da criminalidade, incorporando o uso das informações - produção de conhecimentos - no planeamento da atividade policial, em que as estatísticas criminais são bastante úteis.

A maior parte dos gestores afirma ser a trilogia estratégico, tático e operacional (37,50%), o nível de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações (Figura 18). Neste contexto, alguns gestores afirmaram que:

Figura 18. Percentual de gestores em relação nível de articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações, Cabo Verde, 2019.

A articulação conjunta entre as forças e serviços de segurança nas operações, segundo os gestores, acontece da seguinte forma:

> "Nas operações, as forças e serviços de segurança fazem a articulação conjunta a nível estratégico, mediante diretivas ou orientações superiores. No nível tático existe um ponto de conflito e por isso é mais difícil e complexa" (Gestor 1).
>
> "A articulação conjunta a nível estratégico dá-se entre os Diretores Nacionais e ministérios. No nível tático, existem as competências e limites de atuação que estabelece as fronteiras, sendo que no operacional é mais fluído" (Gestor 3).
>
> "A articulação conjunta a nível estratégico dá-se entre os Diretores Nacionais e ministérios. No nível tático, existem as competências e limites de atuação que estabelece as fronteiras, sendo que no operacional é mais fluído" (Gestor 7).
>
> "A articulação tem mais impacto no nível operacional. É gerido pelo próprio IGAE, sobretudo no planejamento das ações na prática, onde a competência da Polícia é genérica e da IGAE é específica. Relativamente aos níveis estratégicos e táticos, não é costume a articulação" (Gestor 8).

De acordoc om Martins (2010) e Azevedo (2012) a cooperação entre os diversos OPC´s e FSS, é um desiderato para a prossecução das suas missões, *baseadas "na partilha de informação relevante e necessária", mas também atempadas e atualizadas.*

CAPITULO 5. - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

5.1. Considerações Finais

Apesar de, internamente, as instituições disporem de estruturas para o tratamento de dados de ocorrências criminais, o presente trabalho vem demonstrar que não tem havido convergência na forma como é realizado o tratamento de dados.

Importa salientar que, de acordo com a entrevista de um policial, a "Lei de Investigação Criminal" prevê a criação de um Sistema Integrado de Informação Criminal que inclui várias instituições, designadamente os Órgãos de Polícia Criminal (OPC´s) e os Tribunais. Este sistema consiste na integração de todas as bases de dados criminais (SIJ, SIIC e SIGO)[6], dessas instituições, que irá permitir uma melhor partilha de informação criminal. Todavia o sistema está ainda no processo de materialização.

O INE de Cabo Verde é a instituição que tem por missão a produção e difusão das estatísticas oficiais, com base nas articulações e coordenação com as diversas instituições do estado, nomeadamente a educação, a saúde, a agricultura, a cultura, agências reguladoras, entre outras.

Não obstante os esforços institucionais, segundo um entrevistado, as inciativas tem sido feitas mas ainda não se concretizou a implementação de um calendário e partilha periódica dos dados de ocorrências criminais, de modo a dotar o sistema, como um todo, de uma cultura de produção e difusão central das estatísticas de segurança e justiça, podendo ser garantindo todo o processo e etapas especificas no domínio das estatísticas oficiais.

A maioria dos gestores (87,50%) afirma não existir uma periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais, entre as forças e serviços de segurança (Figura 7).

Quanto à partilha de dados, pelas entrevistas, verifica-se que não existe uma periodicidade e nem espontaneidade na partilha entre forças policiais, ou seja, não há intercambio de informação que só ocorre quando solicitado, pois, somente são enviadas

[6] SIJ - Sistema de Informação de Justiça, SIIC – Sistema Integrado de Informação Criminal, SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional.

ocorrências ao Ministério Público por imperativo da lei processual penal, para apreciação e criação de processo-crime e posterior delegação aos órgãos de polícia criminal.

No que se refere a articulação entre agenciais policiais, é preciso ter em conta que as entrevistas são percepções dos entrevistados, pelo que se deve considerar as atribuições de cada um dos Órgãos de Polícia Criminais (OPC), de acordo com a lei orgânica dos mesmos. Por exemplo, existem as equipas conjuntas portuárias e aeroportuárias dos quais fazem parte a PN, PJ e Guarda Costeira (equipas LEDET)[7], conforme um policial entrevistado. O que significa que há articulação permanente nestes casos, para os efetivos das agencias integrantes das equipas referidas. Todavia, pelos policiais entrevistados, a articulação é deficiente, desalinhada e carece de melhoria.

Apesar duma percentagem de entrevistados situada em 13%, a afirmarem que não existe articulação, mas constata-se que a maioria de 87% confirma que existe, aliás o que pode ser corroborado pelas entrevistas. Conforme se referiu anteriormente, o que precisa é de ser melhorada. Pela análise das entrevistas, constata-se que persiste, ainda, a forma tradicional de administração policial, a qual se baseia na experiência e "bom senso" dos efetivos policiais (MIRANDA, 2004). E necessário que exista uma forma de medir o nível de colaboração ou articulação institucional e não deixar ao critério das percepções individuais.

Hoje em dia, há necessidade de dotar o sistema de segurança pública de um quadro metodológico e consistente da produção de conhecimento, garantindo maior eficiência no planeamento operacional e adoção de medidas de prevenção da criminalidade.

Essa necessidade deve ter como base a coordenação e articulação permanente com as instituições (OPC´s e o INE).

[7] *Law Enforcment Detatchment* (LEDET), equipa para abordagem de embarcações em alto mar, da qual fazem parte Policia Judiciaria, Policia Marítima e Guarda Costeira.

Apesar das dificuldades encontradas para a recolha de dados para esse trabalho, considera-se que, em termos de objetivos traçados, foi possível atingi-los, tendo sido analisada a forma como as estruturas policiais tratam e disseminam as informações.

Relativamente às hipóteses levantadas, foram todas confirmadas, na medida em que se registou uma fraca cultura de troca de informações criminais entre as forças e serviços de segurança pública na Cidade da Praia, assim como, a não uniformização dos níveis de acesso e de articulação para a eficácia da prevenção da criminalidade.

5.2. Recomendações para Trabalhos Futuros

Recomenda-se continuar com essa iniciativa do estudo realizado, visando a melhoria da troca de informação, tanto interna entre os efetivos policiais, como externa, na partilha entre as demais estruturas dessa natureza.

Sugere-se ainda a definição dos perfis e melhoria do processo de recrutamento do pessoal especializado e consequente formação especializada dos efetivos de modo a garantir a qualidade no tratamento de dados, visando dotar o sistema de informações rigorosas, qualitativas e pertinentes.

BIBLIOGRAFIA

- AFROSONDAGEM. Relatório de criminalidade e insegurança na Cidade da Praia, 2011.

- AFROSONDAGEM. Relatório de criminalidade e insegurança na Cidade da Praia, 2012.

- AZEVEDO, A.L.V. **Uso das Estatísticas Criminais e Planejamento das Atividades Policiais: Um estudo sobre a Percepção dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**, 2012.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LTDA., 2011.

- BLATTMANN, U.; RODRIGUES, C. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.3, p.4-29, jul./set. 2014.

- BORDONARO, L. **Masculinidade, Violência e Espaço Público: Notas Etnográficas sobre o Bairro Brasil da Praia**, 2010.

- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

- CABO VERDE, 1993, Decreto-Legislativo Nº 4/1993 de 12 de Maio, publicada no Boletim Oficial Nº. 16, I Série de 12 de Maio de 1993, da República de Cabo Verde, de 12 de maio. 1993.

- CABO VERDE, 2017, Decreto-Lei Nº 14, de 14 de novembro de 2017, publicada no Boletim Oficial Nº. 65, I Série de 14 de novembro de 2017, da Republica de Cabo Verde, de 14 de novembro de 2017c.

- CABO VERDE, 2008, Assembleia da República. Lei Nº 22/2008, de 13 de Maio. Lei do Sistema Estatístico Nacional. A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea (*c*) do Artigo 161º da Constituição. A presente lei estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional (SEN), 2008.

- CABO VERDE, 2009. Assembleia Nacional. Lei Nº 35/VII/2009, de 2 de Março. A Assembleia Nacional decreta, nos termos alínea (*b*) do artigo 174º da Constituição. A

presente lei estabelece os princípios e as normas que se rege o Sistema Estatístico Nacional, 2009.

- CABO VERDE, 2010. **Constituição da República de Cabo Verde**. Art. 23, Edição: Assembleia Nacional – Divisão de Documentação e informação Parlamentar, 2010.

- CABO VERDE, 2007. Decreto-Lei Nº 39/2007 de 12 de Novembro. **Orgânica da Policia Nacional de Cabo Verde**, 2007*a*.

- CABO VERDE, 2007. Lei Nº 16/VII/2007, de 10 de Setembro. BO Nº 34. **Atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade**, 2007b.

- CABO VERDE, 2013. MAI. Ministério da Administração Interna, **Programa Segurança Solidária**, 2013-2016, 2013*a*.

- CABO VERDE, 2013. Ministério da Administração Interna. **Estatísticas da Administração Interna**, Junho, 2013*b*.

- CABO VERDE, 2009. PESI - **Plano Estratégico de Segurança Interna - 2009-2011**, 2009.

- CABO VERDE, 2013 – 2016. PESI - **Plano Estratégico de Segurança Interna - 2013-2016**, 2014.

- CABO VERDE, 2016 Ministério da Administração Interna. **Plano Estratégico de Segurança Interna**, 2016.

- CABO VERDE, 2017. Policia Nacional de Cabo Verde. Dados sobre ocorrências criminais registadas em 2017a.

- CABO VERDE, 2015-2017. Procuradoria Geral da República. Relatório anual sobre a situação da Justiça 2015-2016, Outubro, 2017*b*.

- CABO VERDE, 2011. Resolução Nº 005/2011, de 17 de Janeiro, **Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional**, BO Nº3, 2011.

- CABO VERDE, 2018. Ministério da Justiça, **Código Penal & Código de Processo Penal**, Agosto, 2018.

- CARDOSO, K.; ROQUE, S. **Porque razões os jovens de mobilizam ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia**, 2008.

– CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

- DGAI – **Direção Geral da Administração Interna,** Estatísticas da Administração Interna, Cabo Verde, 2015.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6.ed., 2008.

- GONÇALVES, M.A. S. **Educação e Sociedade, Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola**, 1999.

- INE. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Censo 2010**, 2010.

- INE. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Publicação do Instituto Nacional de Estatísticas**. 2011.

- LIMA, R. **Gangues, 2013. Novíssimas Guerras e Sub (Cultura) da Violência/Delinquência**, 2013.

- LIMA, R. 2010. **Modernidades, Marginalização e Violência: Estratégias de Sobrevivência e Afirmação dos Jovens em Cabo Verde e Guiné-Bissau**, Thugs: Vítimas e/ou Agentes da violência, 2010.

- LIMA, R. **2012. Gestão da violência grupal e o surgimento do Estado securitário em Cabo Verde**, *Jornadas de reflexão*, 2012.

- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

- MAGALHÃES, M.N.; LIMA, C.P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: EDUSP, 2011.

- MARTINS, J.M.P**. Os sistemas de informação geográfica na gestão da criminalidade em Portugal.** Dissertação. 166p. 2010. (Mestrado em Gestão do Território na Área de Especialização em Dectcção Remota e Sistemas de Informação Geográfica). Univeridade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugul, 2010.

- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

- MINAYO, M. C. S. 2007. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007.

- MINAYO, M. C. S. **2001**. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 18.ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

- MIRANDA, A.P.M. **Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in) segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança**. 2004.

- PAULA, G.. **A gestão da informação e do conhecimento como suporte para as políticas de segurança pública**. In: III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar, Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 2011.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- REIS, K.; LEITÃO, H. **Teoria Geral da Segurança Pública**, 2008.

- SOUSA, R.; MORAIS, M. S. **Policia e Sociedade**: uma análise da história da segurança pública brasileira, In: V Jornada Internacional de Políticas Publicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 23 a 26 de Agosto de 2011, São Luís – Maranhão, p. 347-357, 2011.

- SOUSA, N., 2013. **Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais**, Ano 1, n.1, 2013.

- SUXBERGER, A. H. G. **Democracia na Gestão da Segurança Pública**, **Revista de Artigos**, 2010.

- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias, 2013: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 10.ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- TENÓRIO, F.G., 1998. **Gestão social: uma perspetiva conceitual**, 1998.

- TORRADO, H.A.L., 2012. **A Partilha de Informação Criminal e a Cooperação**, 2012.

– WACQUANT, L., 2004. **As Prisões da Miséria**, Paris: Raisons d'Agir. 2004.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspectiva da Prevenção da Criminalidade

Questionário Nº: _____

Data da Entrevista: ____/____/2018

Entrevistador: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS INSTITUCIONAIS

Instituição:_____
Departamento:_____
Função: _____ Tempo na Função:_____
Sexo: _____ Formação: _____
Local:_____Telefone:_____
Endereço electrónico:_____
Funções:_____

INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE INFORMAÇÃO

1 – A sua instituição, dispõe de um departamento destinado ao tratamento de dados de ocorrências criminais?
Sim (___) Quais? _____

Não (___) Por quê? _____

Observação: Em Caso negativo, vá para a Questão 5.

2 – Dispõe de um sistema de tratamento de dados de ocorrências criminais?

Sim (___) Quais? _____

Não (___) Por quê? _____

3 – Têm técnicos capacitados para o tratamento de dados de ocorrências criminais?
Sim (___) Quantos?

_____

Sim, quais suas formações: _____

Não (___) Por quê? _____

4 – O acesso ao sistema é geral?

Sim (___) Por quê? _____

Não (___) Por quê? _____

5 – É feita a partilha de dados de ocorrências criminais com as outras forças de segurança?

Sim (___) Por quê? _____

Não (___) Por quê? _____

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspectiva da Prevenção da Criminalidade

Questionário Nº: _____

Data da Entrevista: ____/____/2018

Entrevistador: _____

6 – Existe uma periodicidade estabelecida para a partilha de dados de ocorrências criminais?

Sim (___) Qual é? _____

Não (___) Por quê? _____

7 – É comum a articulação entre as forças de segurança sobre grandes eventos?

Sim (___) Como se dá?

_____

Não (___) Por quê? _____

8 – Existe uma cultura de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações?

Sim (___) Como é? _____

Não (___) Por quê? _____

9 – Essa prática de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações é feita na perspetiva:

9.1 – Planeamento regular?

Sim (___) Como? _____

Não (___) Por quê? _____

9.2 – Financeira?

Sim (___) Como? _____

Não (___) Por quê? _____

9.3 – Pessoal?

Sim (___) Como? _____

Não (___) Por quê? _____

10 – Qual tipo nível de articulação conjunta entre as forças de segurança nas operações?

10.1 **–** **Estratégico** (___) Como?

_____

10.2 **–** **Tático** (___) Como?

_____

10.3 **–** **Operacional** (___) Como?

_____

De momento é tudo, agradeço-lhe pela colaboração e disponibilidade. Pode acreditar que acabou de dar uma valiosa contribuição para

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspectiva da Prevenção da Criminalidade

TERMO DE CONSENTIMENTO DO ENTREVISTADO

Você está sendo convidado, como voluntário, a participar da pesquisa "Gestão de informação sobre as ocorrências criminais entre as Forças e Serviços de Segurança, na Cidade da Praia, Cabo Verde".

JUSTIFICATIVA, OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS

JUSTIFICATIVA E OBJECTIVOS: O presente projecto de pesquisa busca reflectir sobre um tema pertinente e atual cujo objetivo é compreender como funciona a articulação e a coordenação entre as forças e serviços de segurança sobre a gestão de informação, bem como o nível de articulação na ótica da prevenção do crime, identificando os tipos de sistema existentes, a forma como é feito o tratamento de dados, a existência de tecnicidade para garantir o tratamento dos dados e a forma como é partilhada, bem como a periodicidade da partilha.

PROCEDIMENTOS: A pesquisa incidirá numa entrevista aberta endereçadas aos gestores com a responsabilidade na matéria, incluindo dirigentes e técnicos que atuam nas nos serviços de segurança pública na Cidade da Praia, quais sejam na Procuradoria, Policia Nacional, na Policia Judiciária e nas Forças Armadas. Será aplicado um roteiro de entrevista contendo perguntas sobre a situação social e relacional do individuo, de seguida as respostas serão analisadas e tratadas tendo como base conhecimentos teóricos sociológicos sobre a questão. Os resultados e as discussões constituirão a dissertação da pesquisadora (Ernestina Cilá Russo de Almeida, contacto 9919792) que será publicada e apresentada ou não em eventos académicos e científicos, garantindo-se na íntegra o anonimato de todos os intervenientes de forma a preservar a sua identidade.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Gestão de Informações Criminais entre as Forças de Segurança Pública de Cabo Verde na Perspectiva da Prevenção da Criminalidade

CONSENTIMENTO LIVRE

Eu,_____, residente em _____, após ter sido esclarecido sobre os objetivos e a importância da pesquisa, supra mencionada, e dirimido todas as minhas dúvidas sobre as vantagens e desvantagens de participar, o que foi bem explicado pela pesquisadora, referida acima, e não restando nenhuma dúvida quanto a seriedade e compromisso da pesquisa, manifesto meu desejo livre e voluntário de participar do estudo, respondendo às perguntas feitas pela pesquisadora, e autorizo a Página 2 de 2 utilização das minhas respostas, tendo em vista a garantia de sigilo da minha identificação. Por fim, ressalto que aceito em participar da referida pesquisa, e declaro ciente que posso me retirar a qualquer momento do estudo, sem que isso me acarrete qualquer prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ _____ Data:____/____/_____

_ _ _

Nome do(a) Participante Assinatura

_____ _____ Data:____/____/_____

_ _ _

Nome do(a) Pesquisador(a) Assinatura